

CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ADLLA LARISSA ALVES NOGUEIRA

**ENVELHECIMENTO E SOCIABILIDADE: Uma análise crítica sobre a
naturalização dos cuidados familiares como estratégia de atenuação das ações do
Estado**

JUAZEIRO DO NORTE/CE

2022

ADLLA LARISSA ALVES NOGUEIRA

**ENVELHECIMENTO E SOCIABILIDADE: Uma análise crítica sobre a
naturalização dos cuidados familiares como estratégia de atenuação das ações do
Estado**

Monografia apresentada ao Centro
Universitário Dr. Leão Sampaio, como
cumprimento parcial para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da
Professora Me. Márcia de Sousa Figueirêdo.

Juazeiro do Norte – CE

2022

ADLLA LARISSA ALVES NOGUEIRA

**ENVELHECIMENTO E SOCIABILIDADE: Uma análise crítica sobre a
naturalização dos cuidados familiares como estratégia de atenuação das ações do
Estado**

Monografia apresentada ao Centro
Universitário Dr. Leão Sampaio, como
cumprimento parcial para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da
Professora Me. Márcia de Sousa Figueiredo.

Data de aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora

Me. Márcia de Sousa Figueirêdo.

Orientador (a)

Pedro Adjedan David de Sousa

Examinador (a) 1

Francisca Helaide Mendonça

Examinador (a) 2

JUAZEIRO DO NORTE/CE

2022

Dedico essa monografia a minha mãe Damiana Alves e ao meu Filho Nicollas Alves. São eles quem me motivam e me erguem todas as vezes que por circunstâncias da vida penso em desistir. Tudo que fiz e farei daqui em diante, têm vocês como meu propósito. Divido com eles o mérito dessa conquista.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, quero agradecer a Deus por fortalecer a minha fé e fazer com que eu nunca desistisse do sonho de possuir minha graduação. Dentre várias realizações pessoais, essa sem dúvida é a mais almejada por mim. Eu sempre estive ciente que conhecimento é algo que ninguém pode tomar, é exatamente por esse motivo que busco sempre minha evolução como seu humano.

A minha mãe Damiana Alves. Eu falo com toda propriedade que ela é a pessoa quem de fato me motivou e deu forças para continuar tentando. Mesmo quando esgotaram todas as possibilidades, ela sempre mostrava que o tempo certo ia chegar. A senhora é meu maior exemplo de determinação e coragem. Tudo que desejo ser e conquistar, são baseados nos ensinamentos e lições que eu tive a honra em aprender com você. Gratidão por tudo que fez e continua fazendo por mim.

Ao meu filho, Nicollas Alves. Depois que me tornei mãe, pude compreender o significado de amar incondicionalmente e batalhar por um futuro que proporcione uma boa qualidade de vida. É por você que continuo buscando evoluir e me tornar uma pessoa melhor. Eu quero ser para você exatamente o que minha mãe é para mim: amor, determinação e coragem. Eu te amo, filho. Essa conquista também é sua.

Ao meu esposo, Genilson Nogueira o qual estive comigo todo esse tempo, ajudando, motivando e incentivando a continuar. Jamais esquecerei as noites que sozinho e sem experiência cuidou do nosso filho para que eu pudesse estudar. Não foi fácil! É por esse motivo que desejo continuar todos os dias da minha vida ao seu lado, pois são nesses momentos de dificuldades e através desses pequenos gestos que percebo o quão você é importante para mim. Obrigada por tudo.

A minha técnica de campo, Maria Ynayá e técnica Acadêmica, Márcia de Sousa. Vocês foram primordiais para a minha jornada acadêmica. Todo conhecimento adquirido possui seus ensinamentos como referência. Obrigada por cada crítica construtiva, cada vivência e experiência adquirida.

A toda minha família: Irmão, Padrasto, Primas, Tia, Padrinho, Madrinha, pois de alguma forma contribuíram para a realização desse objetivo. As minhas amigas Jayane de Oliveira e Jussimara Santos que sempre me deram palavras de apoio e incentivo para eu não desistir.

Por fim, quero agradecer ao meu quarteto: Patrícia Gonçalves, Érica Ricardo, e Aline Kelle. Sempre que nos propomos a fazer algo, era para ser o melhor. Com vocês tudo se tornava leve e divertido. A palavra que nos resume é companheirismo. Vocês são especiais para mim e tenho certeza que nossa amizade irá perpassar a vida acadêmica.

Não poderia de enfatizar o quanto Aline é importante para mim. Todos os meus planos são compartilhados com você, porque sei que nossa amizade tem como pilar a verdade, a parceria e lealdade. Você contribuiu gigantescamente para minha formação, através do seu incentivo, estímulo e encorajamento. Gratidão por tudo, amo você.

EPÍGRAFE

“A educação tem raízes amargas, mas os seus frutos são doces”.

Aristóteles

RESUMO

O presente trabalho tem como propósito analisar o porquê que o Estado impõe a família como sendo a responsável em primeira instância pelos cuidados familiares em relação à pessoa idosa, visto que, nota-se que a sociedade é marcada pelas metamorfoses do sistema capitalista. Assim, observa-se que as ações as quais deveriam surgir a princípio de práticas estatais, acabam sendo absorvidas pela família e são tratadas naturalmente. Deste modo, essas estratégias atenuam os papéis do Estado e fragmentam as políticas públicas em prol dos idosos. Essas contradições ocasionam diversos problemas que não se reduzem à apenas limitações físicas, pois ao se adaptarem a essas transformações societárias, problemas como: falta de cuidado, isolamento e a ausência de sociabilidade tornam-se uma realidade vivenciada por muitos. O ponto de partida para construção desse objeto de estudo, se deu a partir das experiências vivenciadas no campo de estágio no Centro de Referência do Idoso – CRI, localizado à Rua Monsenhor Esmeraldo, SN, Franciscanos na cidade de Juazeiro do Norte – CE. Para tanto, optou-se por um estudo de características bibliográficas e de campo, com propriedades descritivas e documentais, priorizando a abordagem qualitativa. Desse modo, como técnica de coleta de dados, utilizou-se a entrevista, a qual foi realizada em maio de 2022, possuindo, portanto, um total de 20 usuários entrevistados, os quais correspondem aproximadamente 60% dos usuários presentes na data mencionada. Vislumbra-se que os resultados encontrados evidenciaram que os longevos buscam os equipamentos sociais que oferecem atividades de socialização, como forma de amenizar a solidão vivenciada por eles. Apesar da precariedade de muitos equipamentos, essas trocas de afetos, vivências e experiências são importantes ações que influenciam na qualidade e bem-estar dos idosos. Assim, nota-se que são necessários investimentos em políticas públicas através de programas e projetos de prevenção que tenham como finalidade a qualidade de vida e bem-estar da pessoa idosa.

Palavras-chave: Estado, Políticas Públicas, Socialização, Qualidade de vida, Idosos

ABSTRACT

The present work aims to analyze why the State imposes the family as being responsible in the first instance for family care in relation to the elderly person, since it is noticed that society is marked by the metamorphoses of the capitalist system. Thus, it is observed that the actions that should arise, at first, from state practices, end up being absorbed by the family and are treated naturally. In this way, these strategies attenuate the State's roles and fragment public policies in favor of the elderly. These contradictions cause several problems that are not reduced to just physical limitations, because when they adapt to these societal transformations, problems such as: lack of care, isolation and lack of sociability become a reality experienced by many. The starting point for the construction of this object of study was based on the experiences lived in the internship field at the Centro de Referência do Idoso - CRI, located on Monsenhor Esmeraldo Street, SN, Franciscanos in the city of Juazeiro do Norte, Ceará. To this end, a study of bibliographic and field characteristics was chosen, with critical and documentary properties, prioritizing the qualitative approach. Thus, as a data collection technique, the interview was used, which was carried out in May 2022, having, therefore, a total of 20 interviewed users, which correspond to approximately 60% of the users present on the mentioned date. It can be seen that the results found showed that the long-lived seek social equipments that offer socialization activities, as a way of alleviating the loneliness experienced by them. Despite the precariousness of many equipment, these exchanges of affections, the experiences are important actions that influence the quality and well-being of the elderly. Thus, it is noticed that investments in public policies are necessary through prevention programs and projects that aim at the quality of life and well-being of the elderly. Thus, it is noticed that investments in public policies are necessary through programs and prevention projects that aim at the quality of life and well-being of the elderly.

Keywords: State, Public Policies, Socialization, Quality of life, Elderly.

LISTA DE SIGLAS

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CRI – Centro de Referência do Idoso

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

PAI – Programa de Assistência ao Idoso

PAPI – Projeto de Apoio à Pessoa Idosa

PNAS – Política Nacional da Assistência Social

PNI – Política Nacional do Idoso

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos

SEDEST – Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho

SESC – Serviço Social do Comércio

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição por Gênero	42
Gráfico 2 - Distribuição por Idade	43
Gráfico 3 - Distribuição por Vínculo Empregatício	45
Gráfico 4 - Distribuição por Grau de Escolaridade	46
Gráfico 5 - Distribuição por Estado Civil	47
Gráfico 6 - Distribuição por Dependentes	47

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - A TRAJETÓRIA DO ENVELHECIMENTO	15
1.1 O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO ANTES DA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA CAPITALISTA	15
1.2 O ENVELHECIMENTO SOB A PERSPECTIVA DO CAPITAL: A PROBLEMÁTICA SOCIAL DO ENVELHECIMENTO DO TRABALHADOR	17
CAPÍTULO II – A SOCIALIZAÇÃO DO IDOSO NO AMBIENTE FAMILIAR E COMUNITÁRIO	24
2.1 AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS DO ESTADO ACERCA DA NATURALIZAÇÃO DOS CUIDADOS FAMILIARES: UMA SOCIEDADE MARCADA PELAS METAMORFOSES DO SISTEMA CAPITALISTA	24
2.2 POLÍTICAS SOCIAIS PARA OS IDOSOS: PROGRAMAS SOCIAIS COM A FINALIDADE DE SOCIALIZAÇÃO	30
CAPÍTULO III – PERCURSO METODÓGICO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS	38
3.1 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA SOCIAL	38
3.2 ANÁLISES DOS RESULTADOS: A ESTRATÉGIA NEOLIBERAL DO ESTADO ACERCA DOS CUIDADOS FAMILIARES DA PESSOA IDOSA.	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	54
APÊNDICES	57

INTRODUÇÃO

O termo envelhecimento, apesar de familiar nos dias atuais, nem sempre foi explorado com tanta relevância. Os estudos eram subjetivos, abstratos e destinados a uma minoria burguesa. As transformações societárias modificaram essa conjuntura e esse público passou a ser visto sob uma nova perspectiva. Esta, apesar de ter avançado, ainda possui inúmeras vertentes as quais necessitam ser exploradas. Dentre elas, destaca-se a problemática da sociabilidade.

Com o crescente aumento da expectativa de vida, compreende-se a importância desse perfil etário conseguir a tocante longevidade aliado, sobretudo a qualidade de vida. Quando as relações sociais, familiares e comunitárias são fragmentadas o alcance dessa realidade torna-se um impasse a ser superado (IBGE, 2018).

Mediante o contexto apresentado, observa-se o grande número de idosos que frequentam assiduamente os equipamentos sociais, especialmente o Centro de Referência do Idoso- CRI. O número de indivíduos que utilizam os serviços oferecidos pelo equipamento é relativamente grande e esses serviços não se limitam a apenas atividades físicas e atendimentos médicos como forma de melhoria para a saúde, eles oferecem atividades de fortalecimento de vínculos para melhoria da convivência em sociedade. Logo, levando em consideração o crescente número de idosos que frequentam o equipamento aliado aos cuidados e atenção que esse público demanda, o presente trabalho busca responder o questionamento da seguinte indagação: porque o Estado impõe a família como a responsável em primeira instância pelos cuidados dos idosos, sendo a família marcada pelas as metamorfoses do sistema capitalista?

Nessa perspectiva, a construção desta pesquisa, tem como principal objetivo analisar a socialização do idoso no ambiente familiar e comunitário. Para a realização de tal estudo, foi necessário um arcabouço teórico eficaz com o propósito de que todo o entendimento seja uma práxis transformadora. Para tanto, alguns objetivos específicos foram desenvolvidos contribuindo para uma discussão pertinente e contemporânea. Discutir a naturalização dos cuidados familiares como estratégia de atenuação das ações do Estado e verificar programas sociais que ofereçam atividades de integração do idoso em comunidade, são objetivos que necessitam ser explorados para transformar o papel dos idosos em sociedade.

Desse modo, o estudo sustenta-se por procedimentos metodológicos embasados na pesquisa bibliográfica, documental, descritiva e tipo de abordagem Qualitativa. No entanto, utilizou-se fonte e procedimento de campo, com o objetivo de aprofundar as questões propostas, analisando o grupo de idosos e identificando a sua interação social. Logo, através da observação

paralela a Entrevista semiestruturada foi possível identificar explicações e interpretações de como se desenvolve a dinâmica deste grupo.

Ademais, espera-se que esta pesquisa possa fomentar cada vez mais discussões acerca das dificuldades que esse público enfrenta, buscando conhecer todo o contexto em que se desenvolveu o termo velhice, compreendendo a importância da qualidade de vida, além de investimentos em políticas públicas direcionadas a essa população para que seus direitos como pessoa humana possam ser garantidos e efetivados.

CAPÍTULO I - A TRAGETÓRIA DO ENVELHECIMENTO

Para compreender a dinâmica do envelhecimento é necessário conhecer a história desse processo sob duas perspectivas: antes e após a implantação do sistema capitalista. Em primeiro momento não existia conhecimento teórico que fosse suficiente para fundamentar as características biológicas desse público, tão pouco, identificar os problemas socioculturais que eles enfrentavam. Mesmo após a implantação do novo modo de produção, a problemática continuou existindo e apesar dos avanços científicos, esse público passou a ser visto em um panorama distinto: àqueles que não possuíam o mais valioso para vender - sua força de trabalho.

Nesse contexto, entende-se que o envelhecimento não se remete a um problema social pelas características biológicas ou pela a perda da sua capacidade física e cognitiva. Esse obstáculo está inteiramente ligado a classe trabalhadora no qual encontra-se impossibilitada de reproduzir socialmente, dada a circunstância na ordem do capital, pois ao perder seu valor de uso torna-se improdutivo e oneroso para o sistema capitalista (TEIXEIRA, 2017).

1.1 O PROCESSO DO ENVELHECIMENTO ANTES DA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA CAPITALISTA

Para compreender a longevidade, é necessário entender que ela representa um avanço no que concerne ao aumento da expectativa de vida. Em contrapartida, nota-se que viver mais não significa viver melhor, pois as condições que são expostas para conseguir sobreviver, não são suficientes para obter uma boa qualidade de vida. Em meio à sociedade capitalista, percebe-se que ela não proporciona uma velhice ativa, visto que as desigualdades sociais aliadas ao crescente número de idosos, não suportam acolher esse paradoxo (TEIXEIRA, 2017).

Conforme dados do IBGE (2014), os idosos Brasileiros somam mais de 23,5 milhões de longevos, o que significa que a expectativa de vida aumentou comparada a década passada, visto que em 1950 a média para se viver era até 51 anos de idade e segundo o IBGE em 2041 a média passou a se tornar 80 anos.

Para Alves (2014), à medida que há o aumento da expectativa de vida e constitui um avanço, torna-se também um desafio para as políticas públicas, pois não há sentido se os indivíduos conseguem viver mais sem ter uma boa qualidade de vida. Essa dinâmica exige modificações nas políticas públicas de cunho social e também nos seus programas.

Nessa conjuntura, observa-se que o Brasil possivelmente enfrentará um desafio do envelhecimento populacional, visto que a sociedade precisa se organizar para solucionar problemas na área da saúde, assistência e previdência, pois com uma sociedade marcada pelas

contradições do sistema capitalista, se não houver uma reorganização da sociedade, envelhecer e não possuir uma boa qualidade de vida não constituirá um avanço.

Nesse sentido, Teixeira (2017) afirma que o envelhecimento é complexo, histórico e contraditório marcado por desigualdades sociais. Para isso, chegar à velhice com qualidade de vida e incentivar o envelhecimento ativo sem uma reorganização da sociedade, é simplesmente negar os fatores condicionantes desse sistema como se os próprios idosos fossem responsáveis por exercer seu “estilo de vida”.

Portanto, torna-se necessário compreender toda a trajetória do envelhecimento, desde a antiguidade até a implantação do sistema capitalista, pois envelhecer é um processo progressivo de mudanças e que certas transformações não acarretam melhorias, sendo necessário compreender a velhice em sua totalidade e não somente como um fator isolado.

Durante toda antiguidade, o termo velhice era discutida entre alguns pensadores os quais estudavam aspectos, sobretudo biológicos. Porém, com o pouco desenvolvimento da medicina esse termo se tornava minimamente discutido. Neste período a medicina era confundida com a magia, tornando-se necessário entender todas as vertentes da medicina para posteriormente estudar a longevidade propriamente dita. Historicamente, o envelhecimento foi mais estudado no campo biológico do que no psicossocial, dessa forma as pesquisas em geriatria foram mais significativas do que os estudos em Gerontologia Social (MORAGAS, 2007).

Conforme Beauvoir (1990), o primeiro avanço da medicina se deu na área da Anatomia, até então as obras sobre a velhice dedicavam-se apenas a higiene. Foi nesse período que começou a examinar o corpo humano, ato esse que por muitos anos foi inaceitável. Somente no século XIX, a geriatria começou a existir através principalmente da Salpêtrière, o maior asilo da Europa que abrigava oito mil doentes. Os dados clínicos sobre os idosos eram valiosos para os estudos e a partir de então começou a se pensar na cura dos velhos.

Vários estudiosos aprimoraram seus conhecimentos e dedicaram-se ao estudo da Senescência, processo metabólico ativo associado ao processo de envelhecimento. No mesmo período desenvolveu-se o estudo da gerontologia, no qual Zimmermann (2000) afirma que este estudo compreende a relação entre os indivíduos e a sociedade levando em consideração diversos aspectos tais como sociais, culturais e ambientais os quais podem modificar o processo de envelhecimento de um modo positivo ou negativo. Ademais, ela preocupa-se com as adaptações que o idoso necessita obter adquirida das transformações biológicas em que o próprio corpo exige, além disso, as mudanças comportamentais e sociais também devem ser observadas.

Deste modo, Beauvoir (1990) afirma que a gerontologia se desenvolve em três planos: biológicos, psicológicos e Sociais e nesse contexto vários estudos foram desenvolvidos, fundamentados e tratados como processo comum inerente a todo ser humano.

Em contrapartida, Moragas (2007) menciona que o estudo da Senescência teve grande representatividade no campo da biologia ganhando destaque em relação ao estudo psicossocial. Logo, houve vários avanços significativos no estudo da geriatria, deixando a gerontologia em segundo plano. Nesse sentido, destacam-se os esforços dos pesquisadores que procuravam uma causa clara sobre o processo de envelhecimento.

Deste modo, o estudo da Senescência tornou-se capaz de identificar o idoso como um indivíduo no qual não consegue se adaptar ao ritmo social habitual e que apesar dessa limitação é um processo comum inerente a todo idoso. Toda via, sabe-se que a velhice não se reduz ou limita-se apenas à Selenidade, apesar de ser inteiramente essencial, é necessário compreender a realidade em que esse grupo está inserido e quais papéis assumem na sociedade, que a priori varia de acordo com o tempo e o lugar em que o indivíduo em questão se encontra (MORAGAS, 2007).

Para explicar o papel do idoso na sociedade primitiva, observa-se que mitologicamente os idosos eram descritos como poderosos e curandeiros detentores de muita sabedoria, contudo essa visão se distanciava da realidade vivenciada nas civilizações. Em uma civilização muito pobre os conhecimentos adquiridos com o tempo praticamente não possuíam importância nenhuma, de fato quem era detentor do poder familiar era o Pai, elemento esse que assumia um papel impiedoso com os filhos e conseqüentemente na velhice era expulso da coletividade ou transformado em escravo, desta forma Beauvoir (1990, p. 178) menciona:

Deixam-nos morrer lentamente num canto de frio e de fome, não como homens, mas como bichos. Para escapar desse terrível destino, muitas vezes esses velhos pediam os filhos que os matassem com uma facada no coração. Penúria alimentar, baixo nível de cultura, ódios dos pais engendrados pela severidade patriarcal: tudo conspirava contra os velhos.

Quando a pobreza é extrema a tendência é de guerra por questões de sobrevivência. A falta de alimentação, de organização política e social e ausência de instrumentos essenciais à relação harmônica entre os povos, desencadeiam uma série de fatores que rebelam essa relação. Deste modo aos 50 anos as pessoas já começavam a ser consideradas idosas, pois estavam gastas e decresciam sem força para realizar atividades rotineiras em busca de sobrevivência (ZIMERMAN, 2000).

Ainda conforme o autor, em contraposição as civilizações onde a pobreza é extrema, os povos aculturados pelos brancos e iniciando o processo de evangelização influenciado por uma ética moderna, os mais velhos detinham poder político, mesmo com a rotatividade de chefes

que mudavam constantemente. Toda via, as mulheres são reduzidas a meras reprodutoras no qual seu declínio acontece instantaneamente a partir do momento que não é mais possível reproduzir. O preconceito é nítido e enraizado, apesar de inovador em relação a outras comunidades, o velho só era respeitado se fosse do sexo masculino, deixando às margens as mulheres especialmente as idosas.

As sociedades primitivas apresentadas encontravam-se em um verdadeiro paradoxo: de um lado pobreza extrema, relações árduas com a natureza e técnicas rudimentares, em consonância tinha-se um idoso maltratado, inútil no qual em grande parte desejavam a morte como melhor opção do fim da vida. Em contrapartida existia sociedade com relações harmônicas com a natureza no qual esta luta era menos árdua, florescendo desta forma a sabedoria adquirida com o passar dos anos e tornando o velho poderoso, sábio e detentor de grandes poderes (BEAUVOIR, 1990).

É importante mencionar que Beauvoir (1990) afirma que sempre existiram minorias que lutam pelo reconhecimento em sociedade. Quando se trata do velho, este grupo não tem força sendo sujeito a deixar o adulto ativo decidir sobre seu próprio destino. Desse modo, mesmo quando o jovem era obrigado a respeitá-los por sua autoridade política e econômica, eles os faziam com impaciência. Em relação ao velho enriquecido pelos anos de experiências, trata-se apenas de um mito, pois o que nota-se é um homem debilitado e explorado que influenciou profundamente a concepção dos privilegiados. Embora o número de velhos explorados fosse pouco, visto que por ser tão explorados na juventude não chegavam à velhice, os que conseguiam chegar a essa fase, dependiam de uma família pobre demais para sustentá-lo, muitas vezes recorrendo à caridade pública ou abandonado em asilos.

1.2 O ENVELHECIMENTO SOB A PERSPECTIVA DO CAPITAL: A PROBLEMÁTICA SOCIAL DO ENVELHECIMENTO DO TRABALHADOR

Avançando historicamente nota-se a evolução da sociedade e ascensão da vida urbana dando início ao mercantilismo- prática econômica que consolidou a hegemonia da burguesia. Essa prática modifica a condição dos velhos nesta classe, pois a relação de troca de mercadoria resultado do próprio processo de mercantilização torna esse público “poderoso”.

Enquanto na antiguidade o velho era miserável, na burguesia ele se tornou valorizado e respeitado. Detinha todo o poder e impunha sua moral, muitas vezes eram explicitamente rigorosos capazes até mesmo de restringir ações de mulheres e crianças (BEAUVOIR, 1990).

No entanto, esses progressos tornam-se evidente apenas nas classes com maiores poderes econômicos, visto que há uma melhoria na higiene favorecendo, portanto, a longevidade. A velhice nestas sociedades tornou-se confortável e o próprio processo exigia um velho mais técnico que demandava pouco esforço físico. Deste modo, a vida ativa prolongou-se e o convívio social era harmonioso, contudo a maior parte da população idosa era pobre e miserável e esses avanços eram apenas utopias para essa classe.

Segundo a autora, nos países mais industrializados as mudanças econômicas começaram a possuir um papel de destaque. Por volta de 1800, começo do século XIX, a ciência se desenvolvia cada vez mais e as sociedades começaram a crescer demograficamente. Tornou-se necessário entender o velho e curá-lo para que o desenvolvimento abrangesse todas as esferas da sociedade. Neste cenário mesmo com uma ideia principiante, os estudiosos começaram a conhecer e mencionar em suas obras o idoso pobre, já que por muitos anos eles tão pouco eram notados e só ouvia falar no velho burguês.

Apesar dessa evolução econômica, os idosos continuaram mártires da sociedade, desta vez em uma nova perspectiva- o próprio processo capitalista. Com o processo de Êxodo Rural, muitos camponeses deixaram o campo e migraram à cidade em busca de melhores condições de vida. Grande parte conseguiu sustentar a família através das fábricas. Como consequência houve o aumento das favelas, da marginalização, violência e uma série de problemas devido à ausência de preparo das cidades em receber esses migrantes. Além destes óbices, uma série de problemas sociais foram desencadeados, muitos deles presentes até hoje (ARAÚJO 2015).

Conforme o autor, no campo, os métodos capitalistas eram empregados pelos velhos burgueses, conflito quase imbatível para o velho pobre que não possuía poderes técnicos para introduzir na agricultura. Isso desencadeava ainda mais o processo de Êxodo rural. Porém os mercados nas grandes cidades demandavam conhecimentos técnicos, diferente do campo que exigia força física. Os filhos dos camponeses buscavam essa alternativa como fonte de sobrevivência, colaborando ainda mais para o surgimento de uma nova classe: o proletariado.

De acordo com Araújo (2015), a Revolução Industrial propiciou um crescimento desordenado da sociedade, contribuindo desta forma para a desigualdade. Foi a partir dessa conjuntura que culminou em diferenças de classe marcada especialmente entre os burgueses – detentores de todo o poder econômico, e os proletariados- juridicamente “livres”, os quais vendiam sua força de trabalho.

Essa exploração incitou ainda mais a exploração de homens, mulheres e crianças, estes nunca foram tão explorados. As relações de trabalho eram desprotegidas sem condições dignas necessárias para a subsistência humana. Ao envelhecer tornavam-se incapazes de acompanhar o ritmo da produção permanecendo à miséria.

As grandes fábricas eram responsáveis por empregar homens “livres” e alienados no qual o trabalhador perdia o controle sob o processo produtivo ao tempo que atendia a determinação do proprietário do capital. Logo, objetivando o lucro, o empregador buscou produzir com menos custos e melhor qualidade, reduzindo salário e aumentando a carga de trabalho. Em suma, Araújo (2015) menciona:

Os mercados ampliavam-se cada vez mais, as procuras de mercadorias aumentavam sempre. A própria manufatura tornou-se insuficiente; então o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial. A grande indústria moderna suplantou a manufatura; a média burguesia manufatureira cedeu lugar aos milionários da indústria, aos chefes de verdadeiros exércitos industriais, aos burgueses modernos (ARAÚJO, 2015, p.38).

Todas essas nuances são protagonizadas por duas classes: exploradores e explorados, e o termo velhice são expostos com realidades totalmente diferentes. Aos explorados esperam a solidariedade e compaixão da maioria ativa que algumas vezes evitam banalizar os velhos para evitar certos conflitos internos e externos.

Quando se tem um poder aquisitivo elevado, ser velho é sinônimo de virtude, ensinamentos e experiências. Quando chega a velhice é o ápice da realização pessoal, tornando-se a idade uma qualificação. Entretanto a condição de velho explorado, embora pouco falado, é uma realidade totalmente diferente da explanada anteriormente. Estes, quando chegavam à velhice tornavam-se inúteis e incômodos, grande parte morriam ainda jovem. Na implantação do sistema capitalista, esta classe era explorada indiretamente, eles não possuíam o mais valioso para vender: sua força de trabalho.

Na contemporaneidade, a problemática do envelhecimento tem diversas vezes se tornado pauta: As “ameaças” que esse público em diversas áreas traz devem ser tratadas considerando as altas demandas sociais e econômicas, envolvendo família, sociedade civil e Estado. É na esfera de trabalhador envelhecido que se deve pautar essa problemática, levando em consideração que o processo de produção para valorização do capital, buscando satisfazer a necessidade humana, fragilizou essa classe.

Definitivamente é notória a exploração dessa classe após se consolidar o sistema capitalista. Eles, em boa parte, não vivem à miséria tão pouco à benevolência do adulto ativo. Entretanto, existem inúmeros abrigos, casas de repouso e residências que cobram o valor mais

absurdo possível em troca de um lar e cuidados, porém muitas vezes não recebem a atenção necessária (BEAUVOIR, 1990).

Entender a história da velhice é uma tarefa indispensável, pois sempre existiu uma batalha exaustiva para que esse público consiga viver essa fase da melhor maneira possível. No entanto, desconstruir a imagem de velho abandonado à própria sorte tem se tornado o ápice da questão. Nota-se que a ideia de reciprocidade está intrinsecamente ligada a relação do idoso e seus familiares. A conexão do filho com o avô é mais harmoniosa do que com o pai, pois muitos jovens tendem a se sentir frágeis e oprimidos fazendo com que eles se solidarizem.

Com a rápida ascensão do capitalismo, cria-se a primeira pensão, destinada a trabalhadores que possuía longos anos de trabalhos e uma idade avançada. Inicialmente era concebida como um reconhecimento. Economicamente poderiam estar inseridos na sociedade capitalista, pois através do seu “salário”, se tornou capaz de consumir. Deste modo, a agitação social também ganhou notoriedade, logo foi necessário criar o sistema de seguros sociais. Diferentemente dos países em que o regime é socialista, no capitalismo é levado em consideração o interesse da economia, do capital e não das pessoas. (ALVES, 2014).

Desta maneira, quanto mais o trabalhador desempenhar suas tarefas, mais lucros o empregador vai obter, mesmo que não consigam ter uma vida decente. Porém, o preconceito em admitir uma pessoa idosa é nítido, mesmo existindo leis que proíbem esse tipo de discriminação. Logo, percebe-se uma contradição aparente: Exploração do empregado, obrigando a trabalhar muitos anos em prol da aposentadoria, em contrapartida existe o preconceito em contratar uma pessoa idosa, dessa forma se torna incapaz de se aposentar.

Muitas vezes, quando são contratados, são obrigados a aceitarem menores salários, menores condições de trabalho e desempenham tarefas não apropriadas para sua condição. Quando se submetem a isso, já estão debilitados em sua forma econômica e social. Este preconceito é uma consequência social. Observa-se que não existia qualificação técnica, ou quando isso era possível passavam-se muitos anos sem aprimorar os conhecimentos. Aliado a isso, o próprio processo de envelhecimento poderia ter se tornado mais sutil se tivesse sido poupado suas forças em exigir tremendo esforço físico para sobreviver (TEIXEIRA, 2008).

Entretanto, essa sociedade só busca o lucro e a exploração dos trabalhadores, repassando a responsabilidade para o Estado em conceder sua aposentadoria quando este não for mais útil, mesmo sabendo que esse valor não supre todas as suas necessidades. Nessa perspectiva, esse tema passa a ser visto como um problema social. Trata-se de um jogo de interesses entre as classes, empregadores e Estado. Há pressões sociais da classe que fazem suas reivindicações; há desresponsabilização dos empregadores para com esse público, e em contrapartida o Estado

lida com essa problemática, buscando harmonizar o interesse de ambos. Destarte, Teixeira (2008) cita:

O surgimento de uma questão a partir de necessidades problematizadas nem sempre engendra respostas públicas voltadas para o seu substantivo equacionamento, isso porque as respostas através das políticas públicas ou a ausência destas expressam também interesses contraditórios atendidos pelo Estado. É, portanto, desse jogo político de interesses que se compõe o desenho das políticas públicas (TEIXEIRA, 2008, p. 126).

Desta forma, o Estado poderia tratar essa problemática levando em consideração um interesse geral a ser atendido, embora exista um grande ordenamento político e nem todos lidam da melhor maneira, muitas vezes fragmentando a própria luta da classe. Todavia, estas ações deveriam partir a priori do próprio Estado e não ser objeto de resposta das lutas dessa classe.

Em suma, abordar a temática do envelhecimento sob a lógica do capital é compreender todo esse processo de implantação do sistema capitalista, sendo ele a base fundamental para entender essas desigualdades sociais. É compreender como seu deu a formação da sociedade dentro deste sistema político-econômico.

Pensar o envelhecimento do trabalhador como expressão da questão social é partir do pressuposto que: questão social não é ameaça à ordem social. Nestes termos, essas lutas existem em todas as sociedades que buscam sempre a satisfação da sociedade humana. No sistema capitalista, isso se desdobra no mundo do oprimido. Logo, a questão social está intimamente vinculada ao conflito entre trabalhador e capital (TEIXEIRA, 2008).

Entretanto, o dinamismo da pobreza ganhou uma redefinição. Ao tempo em que as transformações tornavam possíveis com o aumento da produção de riquezas, a pobreza fixava na maior parte dos trabalhadores assalariados. Estes produziam e não tinham acesso aos bens e serviços, enquanto os empregadores burgueses acumulavam riquezas e viviam numa situação privilegiada aos demais.

Assim, tendo em vista o processo de envelhecimento dentro dessa lógica de capital, observa-se que os oprimidos são reduzidos a meros trabalhadores que vendem a sua força de trabalho. O excedente, os inúteis ao capital, os desgastados e envelhecidos, passaram a serem vistos como “coisas” no qual possuem um tratamento desumanizado e são substituídos por pessoas/máquinas que possam oferecer uma rentabilidade maior. Esse sistema controla toda essa dinâmica definida pelas necessidades do capital. O trabalhador ao envelhecer carrega consigo essas experiências negativas de controle social associado a restrições físicas e desvalorização, visto que já não são mais sujeitos economicamente ativos. (ARAÚJO, 2015).

Deste modo, Beauvoir (1990) em seus estudos, afirma que aspectos como: à dinâmica societária político-econômica determina como o homem é surpreendido na velhice, separando o velho burguês do velho pobre. Essa dinâmica é prejudicial para o trabalhador, visto que gera desvalorização, eliminando-o do mercado devido à racionalização no qual exige um trabalhador mais rápido e eficiente. Logo, eles são abandonados em asilos ou vida privada, pois perdendo sua força de trabalho já não possui papel ativo, ficando incapaz de produzir e reproduzir. Portanto, infere-se que a questão do envelhecimento decorre das diferenças e das desigualdades de classe, resultante da oposição entre exploradores e explorados. Tais diferenças atingem a classe trabalhadora reduzindo sua condição humana a fator econômico. Para o velho, a perda da sua capacidade de produzir, joga-o na condição desumanizante e torna-se literalmente um ser isento de necessidades.

CAPÍTULO II – A SOCIALIZAÇÃO DO IDOSO NO AMBIENTE FAMILIAR E COMUNITÁRIO

A prólogo, compreende-se que os cuidados com os idosos deverão acontecer primordialmente no seio familiar. Contudo, entende-se que o sistema capitalista não oferece meios para que essa atenção aconteça de forma natural. A partir desse pressuposto, o capítulo busca explicar as estratégias neoliberais que o Estado propõe na tentativa de mascarar suas competências.

Deste modo, torna-se pertinente também compreender as políticas públicas voltadas para o idoso, analisando a trajetória, os avanços e as limitações que o sistema impõe. Para isso, é necessário discriminar o surgimento de tais políticas até a consolidação do Estatuto do Idoso, o qual tornou-se relevante conquista para este público.

2.1 AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS DO ESTADO ACERCA DA NATURALIZAÇÃO DOS CUIDADOS FAMILIARES: UMA SOCIEDADE MARCADA PELAS METAMORFOSES DO SISTEMA CAPITALISTA

Entende-se que em todas as etapas da vida, a convivência é essencial para ter uma vida ativa e saudável. Viver de relacionamentos é algo natural de todo o ser humano, essas variedades de conexões pessoais vão aumentando e diversificando no decorrer da vida. Infelizmente, ao envelhecer o ciclo social do idoso tende a ficar mais restrito o que poderá ocasionar uma série de problemas físicos e mentais.

Deste modo, manter as relações interpessoais na velhice é algo essencial para possuir qualidade de vida e bem-estar, mesmo sendo algo que não demanda esforço e não proporciona dano algum. Porém, sabe-se que em grande maioria essas relações são fragmentadas tornando-se uma barreira a ser superada.

Assim, Zimmerman (2000) afirma que a convivência proporciona um sentimento positivo de pertencer a algo ou alguém, trazendo como consequência trocas recíprocas de afeto, estima e conhecimento, tornando-se essencial para o idoso, visto que seu ciclo social ao longo dos tempos encaminha-se para limitação.

Contudo, percebe-se que culturalmente foi definido que a família seja a responsável direta do cuidado integral do idoso. Logo, há diversas intervenções as quais determinam a família para cumprir este papel e desta forma desresponsabiliza o Estado. De fato, percebe-se o quão é importante o papel dos parentes na vida do idoso, porém isso mascara a incumbência do sistema político no que concerne a criação de políticas públicas que busquem a socialização. Deste modo, o próprio sistema capitalista não oferece oportunidade digna para manter as

relações interpessoais com a família, visto que a classe assalariada necessita trabalhar, em sua grande maioria de forma explorada, em busca de sobrevivência.

Entender a construção desta cultura requisita uma capacidade teórica, segura, válida e eficaz, evidenciando as transformações dos papéis “privados da família” os quais determinam como ela necessita lidar com o idoso.

Logo, entende-se que o modo de ser e pensar das pessoas é inteiramente ligado ao modo de existir e que essa realidade é redefinida a todo tempo. Inconscientemente, o processo de produção influencia os homens em diversos sentidos, não só aqueles concretos, mas àqueles que se transformam lentamente como a família, as instituições ou algo semelhante (TEIXEIRA, 2017).

Nessa lógica, Fraser (2020) conduz uma crítica ao sistema capitalista relacionado a “crise do cuidado”, para ela o sistema mostra uma contradição em que os cuidados com os idosos são inviabilizados embora necessários para que a economia capitalista funcione, gerando uma crise entre trabalho familiar e esgotamento social. Esta crise está relacionada a escassez de tempo, no qual o cuidado com os idosos, a socialização e numa visão mais ampla, a conservação de vínculos, são atividades que tornaram-se inexecutáveis. Tradicionalmente, a mulher passou a ser vista como a responsável por esses cuidados, muito embora, essa responsabilidade possa ser bem desempenhada pelos homens. Toda via, o indispensável é manter essas conexões e o cuidado físico e mental, não obstante essa “crise do cuidado” tende a se generalizar uma vez que a concentração de riqueza tem se desenvolvido na contemporaneidade.

De um modo geral, a autora elucida que a partir do período industrial, o sistema econômico fez a separação entre duas vertentes: a produção econômica e os cuidados familiares. Este, destinados especialmente as mulheres, desta maneira o sistema capitalista de certa forma cria uma nova forma de subordinação das mulheres. Logo, a sociedade os reduziu a apenas desempenhar as atividades domésticas e os cuidados dos seus dependentes causando deste modo pouca importância social. Para essa sociedade em que o valor econômico se tornou um primordial veículo de poder, as mulheres são subordinadas diretamente àqueles que detêm o capital.

Notoriamente, essa contradição é silenciosa. Observa-se que se a classe trabalhadora propusesse lutar em prol do movimento de bem-estar social, tão logo era adquirida dignidade, direitos e bem-estar material, requerendo, portanto, uma vida familiar estável. De fato, se isto acontecesse seria um avanço para a família e, sobretudo para os idosos que dependem diretamente do dinamismo econômico e social da sociedade.

Assim, é necessário elucidar que a ideologia Neoliberalista superioriza o mercado em relação as ações estatais. Deste modo, de forma inconsciente, os indivíduos se acomodam em

relação ao Estado e deixa de resolver seus próprios problemas. Como consequência os serviços públicos são desvalorizados pelos próprios usuários pois não são eles que os pagam (CARINHATO, 2008).

Deste modo, antagonicamente, o sistema econômico atual necessita desses cuidados familiares e o encargo de manter os vínculos afetivos, pois eles são os responsáveis por formar os sujeitos humanos do capitalismo, moldando, mesmo que indiretamente, os indivíduos presentes nela sendo responsável por constituir as relações sociais e culturais desta sociedade. Logo, o trabalho de socialização assim como a dedicação com o idoso são fatores que dão suporte a cooperação social.

Posto isto, considera-se que essa realidade social é estruturada e possui um determinado funcionamento no qual a contradição é fator presente nas relações históricas. Numa perspectiva mais ampla, o modo de produção capitalista impôs o pensamento burguês que revela suas ambiguidades e contradições.

Deste modo, o modelo “ideal” de família burguesa é constituído da união de pessoas no qual historicamente foi desenvolvido como algo natural em que a troca de amizade, cuidado, carinho e lealdade são algo que deve acontecer no seio familiar. Entretanto, a nova determinante social se revela e obriga adequar-se à realidade em que os homens são apenas forças produtivas, sendo explorados e oprimidos para conseguir sobreviver. Outrossim, ainda possui a responsabilidade de cuidar do idoso no ambiente familiar (TEIXEIRA, 2017).

Dessa forma, é evidente a diferença das relações familiares dessas duas categorias. De um lado a mesocracia no qual possui uma qualidade de vida superior as demais classes e, portanto, capaz de ter uma relação de convivência e cuidado bem harmoniosa com os familiares, pois por se tratar de classe hegemônica não necessita sacrificar suas relações interpessoais. Em contrapartida, existe em grande número uma classe de trabalhadores explorados que não conseguem simetrizar essa rotina, pois necessita de muito esforço para conseguir o mínimo para sobreviver. Deste modo, é claro que essas duas classes possuem realidades bem distintas que de certa forma foi implantada pelo sistema capitalista, mas que é tratado hoje como algo natural. Isso marca uma assimetria entre as famílias detentoras do capital privado e as famílias que para essa trabalhava. Para tanto, Teixeira (2017) menciona:

O que podemos perceber é que a estrutura cultural se modifica historicamente e em relação como a estrutura produtiva ao modo como os homens produzem a vida dando lugar a novos valores, formas de pensar e de agir. As estruturas que não acompanham um ideal avanço social são tomadas pelo pensamento hegemônico como culturas atrasadas, sendo desvalorizadas (TEIXEIRA, 2017, p.243).

Logo, os papéis sociais são modificados conforme a hegemonia determina. Essas modificações afetam os idosos de tal forma que são obrigados a se adaptarem ao modo de

produção e reprodução vivenciado em cada época, determinando as condições de vida, as imagens e os estigmas. Para Miotto (2015), essa separação possibilitou uma visão de família separada das relações econômicas e de trabalho. Além disso, menciona a questão do cuidado sendo desenvolvido pela família para a provisão do bem-estar social, mesmo que essa satisfação seja destinada ao grupo da soberania.

Contudo, o estudo salienta-se sob a imposição crítica no qual individualiza os longevos e oculta as contradições do velho trabalhador, além de centralizar a responsabilidade da família como força de privatização dos cuidados. Mesmo ciente do quão é necessário o cuidado familiar, o Estado sob uma ótica neoliberal, aciona a família como a primeira instância responsável pela a garantia dos direitos básicos do idoso. Desta forma, mantêm o seio familiar e a comunidade como principais espaços de socialização. Evidentemente, esses espaços trazem um amplo debate de particularidades positivas, ademais não se deve desconsiderar os interesses político-econômicos como estratégia de encolhimento das ações do Estado presentes com clareza nessa discussão (TEIXEIRA, 2017).

A partir da problemática apresentada, é necessário compreender as relações estabelecidas pela família, visto que a política social tem o papel fundamental de mediar e estruturar essas relações. Apesar do modo de produção capitalista apresentar-se de forma, incoerente, paradoxal e contraditória, as relações familiares são importantes para qualidade de vida dos idosos de modo que a longevidade não se torne tão desconfortável.

Deste modo, os familiares podem assumir decisões primordiais na vida do idoso. Sabe-se que a família se torna uma mediadora entre os idosos e a realidade que os cerca. Elas são responsáveis pela prestação de cuidados e tratamento com dignidade. De acordo com Santos (2018), os cuidados com os idosos permitem a possibilidade de eles viverem mais alguns anos de vida, possuindo desta forma maior tempo com a família, possibilitando um novo olhar sobre a velhice, visto que se trata de uma fase em que há um declínio físico, biológico e psicológico. Desta maneira, o autor ratifica que a união familiar representa o melhor espaço de sociabilidade de modo que não existe outro espaço que seja tão fortemente marcado.

Ao chegar à velhice, a socialização exige alguns cuidados específicos. Contudo, é inevitável romper com alguns paradigmas que foram impostos a este público, dentre eles enxergá-lo como indivíduos totalmente dependentes e sem perspectivas. Logo, são assuntos que deverão ser pautados como uma problemática que apesar de retratado continua sendo algo presente na contemporaneidade.

Desta forma, incentivar a autonomia é uma maneira para evitar o isolamento social e proporcionar uma visão mais ampla das reais necessidades dos idosos. Portanto, é elementar a atuação da família para mediar essa adaptação evitando desta forma o isolamento social.

Oportunizar ao idoso a socialização com autonomia significa valorizar toda a sua experiência para que ele possa sentir-se útil e desenvolver suas habilidades que são permitidas. Entretanto, extinguir os estereótipos de que eles não conseguem desenvolver essas habilidades de fato amenizará as mazelas da referida fase (MORAGAS, 2007).

Conforme Zimerman (2015), família é definida pelo um sistema ativo em constante transformação, ou seja, um organismo complexo que se altera com o passar do tempo para assegurar a continuidade e o crescimento de seus membros componentes. Desta maneira, é formada por um conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos ou afetivos cuja sobrevivência pressupõe a obrigações recíprocas.

Embora as transformações societárias possibilitassem algumas transformações, inclusive no âmbito da família, nota-se que os contextos sociais fizeram com que a família se torne mais vulnerável, principalmente em comunidades menores, pois são mais sensíveis em relação a crise, morte e desemprego, algo corriqueiro nos dias contemporâneos. Contudo, ela desenvolve o papel primordial para com o idoso ao chegar nessa fase: mantê-lo ativo e gerar sentimentos positivos em relação a essa fase. Através da socialização evita-se pensamentos depressivos e de inutilidade, fazendo com que os idosos se comuniquem com o próximo e estimulem sua função cognitiva (MIOTO, 2015).

Nitidamente, a socialização dos idosos exige participações da família e da comunidade, algo necessário para evitar que sentimentos negativos tornem comuns nessa fase da vida. Com o avanço da idade, é habitual eles perderem o interesse e o prazer em executar atividades que antes eram consideradas agradáveis, porém manter as relações sociais contribui para o seu bem-estar e para uma melhor qualidade de vida.

Nessa perspectiva de análise, empreende-se que o objetivo da família é proporcionar afeto, carinho, atenção. Em relação ao cuidado, este passou a ser visto sob uma nova perspectiva: Com a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, especialmente jovens e mulheres, essa responsabilidade passou a ser desconfortável, culminando em institucionalização ou o próprio abandono afetivo do idoso.

Alinhando com o pensamento de Eufrásio (2021), o abandono afetivo trata-se de um problema social recorrente e que a negligência dos genitores com os idosos, resulta numa omissão do dever do cuidado. A ausência de carinho e amor deveria ser algo natural e recíproco desenvolvido ao longo do tempo no próprio seio familiar. Desta forma, nota-se que a parentela já não está sendo sinônimo de garantia desses direitos básicos e suas necessidades não fazem parte da relação afetiva entre os indivíduos.

Mesmo sendo regulada pelo o Estatuto do Idoso, a obrigação da família, sociedade e Estado em efetivar o direito à vida, saúde, a alimentação, à convivência familiar e comunitária,

existe inúmeros motivos que impossibilitam a efetivação desses direitos. A ausência de tempo, disponibilidade e condições financeiras para proporcionar esses cuidados, de certa forma obriga a parentela a usar a institucionalização como uma alternativa a ser considerada.

Toda vida, o abandono afetivo não se limita apenas à destinação desses idosos em casas asilares. Abrigá-los em seu próprio lar sem as devidas condições de higiene, alimentação, segurança, preservação da saúde física e mental, o abandono já está configurado. Em síntese, a família tem por obrigação garantir um ambiente propício a um envelhecimento tranquilo e sereno, proporcionando um envelhecimento saudável e participativo que proporcione a isenção de exclusão sejam no ambiente familiar ou comunitário (KARAM, 2020).

Dissertar sobre afeto pressupõe entender que este sentimento vai muito além de laços consanguíneos. O afeto é capaz de nutrir laços de amizade, companheirismo e solidariedade e que compõe as relações dos indivíduos, principalmente a família. Demonstração de afeto é a forma como expressa um carinho, ao receber e doar esse sentimento torna-se capaz de superar angustias e medos que foram adquiridos em situações desagradáveis que a vida ocasiona. Por isso, é evidente que o afeto é um agente modificador de pensamentos, influenciando diretamente na forma como o indivíduo pensa e age.

De forma geral, ao chegar à velhice é causado a inversão de papéis transferindo a responsabilidade aos filhos para com os pais idosos. Nesse sentido, quando depara-se com o abandono afetivo inverso, há a possibilidade de reparação civil e dependendo do caso concreto até mesmo uma indenização. Contudo, essa reparação não deve ser confundida como imposição do amor, pois é algo que deve acontecer espontaneamente, porém a indenização tem o propósito de amenizar os danos que ocasionaram o devido ao abandono, tornando-se o principal objetivo (EUFRÁSIO, 2021).

Portanto, é indispensável uma reflexão sobre o envelhecimento como algo natural da vida. Assim, é importante a conscientização da necessidade do afeto, respeito e assegurar a este uma vida digna. Educar, conscientizar sob a importância da boa convivência familiar deve ser reforçado em campanhas e projetos específicos. Além disso, implementar campanhas de conscientização sobre as necessidades dos cuidados dos filhos com os pais.

2.2 POLÍTICAS SOCIAIS PARA OS IDOSOS: PROGRAMAS SOCIAIS COM A FINALIDADE DE SOCIALIZAÇÃO

Para compreender o processo de envelhecimento e a implementação dos programas sociais, é relevante mencionar que essa problemática é considerada uma ameaça ao sistema previdenciário, de saúde e de Assistência social, visto que com o aumento dessa população exige um alto crescimento de demandas sociais e econômicas (TEIXEIRA, 2008). O que é

importante ressaltar é o fato de que existem idosos em todas as classes sociais e que eles vivem e envelhecem de formas distintas, de modo que a classe trabalhadora envelhecida representa as desigualdades sociais. É nessa perspectiva que se releva as expressões da questão social as quais são perceptíveis o crescimento e a reprodução dessa classe. Para isso, duas relações antagônicas devem ser consideradas: de um lado, o novo modo de produção busca a valorização do capital, em contrapartida o trabalhador necessita satisfazer suas necessidades humanas e só possui sua força de trabalho para vender.

Assim, Paiva (2014) afirma que o trabalhador assalariado se reduz a apenas a compra de mercadoria que visa atender as necessidades humanas e que só é possível usufruí-las se vender sua força de trabalho, adicionando-lhes o meio de produção. Para o autor, a divisão social do trabalho permitiu duas grandes separações: O capitalista que é grandemente privilegiado, e de outro lado o trabalhador que é alienado ao modo de produção. Portanto, essa separação obriga o trabalhador a produzir sem perspectiva alguma e desumaniza o caráter humano do proletariado se perpetuando ainda mais a exploração do capital sobre o trabalho.

Ratificando o pensamento do autor acima, Teixeira (2017) destaca que o envelhecimento como problema social é observado a partir da destituição de poderes da classe trabalhadora em função das contradições e determinações da sociedade capitalista que supervaloriza esta classe e desvaloriza a outra, trazendo como consequências desigualdades e vulnerabilidades sociais, principalmente com o desgaste da força de trabalho adquirida com o passar dos tempos.

Destaca-se ainda, conforme Teixeira (2017) que o envelhecimento como expressão da questão social está evidente na constituição dos problemas vindos com o avanço da idade. Problemas como: limitações físicas, doenças crônicas, restrições do núcleo familiar, sentimento de solidão e redução da sua capacidade econômica, são fatores que os colocam como centrais na configuração do envelhecimento como problema social, já que não conseguem produzir com a mesma intensidade.

Ademais, não é para toda classe que o envelhecimento promove essa problemática. Conforme Beauvoir (1990), o destino dos idosos é vivido de maneiras variáveis. Essas transformações são reveladas conforme produção e reprodução social no qual são evidenciadas de acordo com o status, hierarquia ou poder econômico.

Nessa perspectiva, nota-se que não se pode generalizar a problemática do envelhecimento, visto que os indivíduos não vivem e se reproduzem como iguais. O que pode-se evidenciar é que o trabalhador assalariado está como plano central, pois é regido pela lógica do capital no qual deprecia, aliena e os submetem às forças de produção. Assim, o que se revela

como consequências, são as experiências negativas adquiridas com o tempo e que infelizmente são incontornáveis, apropriados pelo próprio sistema capitalista.

Nessa dinâmica, Paiva (2014) expõe uma irrefutável incompatibilidade formada entre o homem enquanto trabalhador assalariado e o homem sob a perspectiva do capital. Para a grande camada da população, a previsão é envelhecer precocemente ao passo que exerce sua atividade laboral e perde conseqüentemente sua própria atividade e a capacidade funcional, enquanto o sistema capitalista os vêem como um fardo a ser superado. Deste modo, ao chegar nessa fase da velhice, implicará em grandes demandas para o estado devendo assim ser tratadas pelo sistema público de proteção social.

As formas de respostas do sistema capitalista frente a esse problema social visam à ocupação do tempo livre dos longevos, por meio de atividades de lazer, educação, cultura e reinserção social. Em contrapartida, o Estado recebe essas demandas sociais e disfarçadamente as remete para o domínio privado por intermédio da família, organizações sociais e a sociedade civil em geral. No entanto, a problemática do envelhecimento como problema social está ligado às pressões sociais das lutas que trazem a cena pública esse debate. As iniciativas da sociedade civil enquanto espaço de proteção social de um modo geral, é uma forma de privatização dos serviços sociais que podem ser observados por meio da filantropização ou na intervenção do Estado influenciando essas modalidades e reduzindo suas responsabilidades, distribuindo-as as famílias, mercado e sociedade civil (TEIXEIRA, 2017).

Nesse contexto, as políticas sociais foram criadas para atender as demandas sociais, visto que politicamente são necessárias para responder as pressões da população, porém, reforça a responsabilização individual por meio da ideologia do bem-estar social de cada indivíduo no qual está presente em atividade de ressocialização e integração configurando problemas sociais em individuais. No entanto, nem sempre essas respostas são dadas apenas com a finalidade de enfrentamento da questão social, o que se pode observar é que há um constante jogo político de interesses que são comuns no contexto das políticas públicas, os quais os interesses contraditórios atendidos pelo Estado e a defesa de projetos antagônicos, são exemplos de tais questões. (TEIXEIRA, 2008).

Assim, essa conciliação entre público e privado, permite executar tarefas com baixos custos para o Estado, capacidade em manter o idoso na família e comunidade, além do trabalho voluntário e participação direta da sociedade civil. Em certo modo, observa-se que o Estado atende as necessidades impostas e reduz custos que deveriam ser executados pelo próprio governo. Em síntese, os direitos previstos na seguridade social, reduz a proteção social por parte do Estado e cresce a privatização e o apelo à família e a sociedade civil.

Para Miotto (2015), A política social tem papel fundamental de mediar e estruturar as relações estabelecidas pela família com outras esferas da sociedade. Desta forma, ela é colocada como um elemento chave nesse sistema de proteção, principalmente no que diz respeito aos cuidados dos dependentes. Para tanto, foi estabelecido parâmetros legais para que de fato pudessem regular seus direitos. Desta forma foi promulgada a Política Nacional do Idoso (PNI) que os assegura e põe em debate tais questões. Além disso, o Estatuto do Idoso (2013) no qual afirma que é obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade. O Estatuto constitui ainda mais rigoroso em relação ao PNI, pois determina inúmeros benefícios e garantias à terceira idade, além de instituir penas severas para quem desrespeita ou abandona cidadãos idosos.

Nesse contexto, com a promulgação da PNI foi possível promover a autonomia e participação do idoso na sociedade, incentivando diversas formas de socialização e consolidando a importância do envelhecimento ativo: Assim, a referida lei é regida pelos seguintes princípios:

I - A família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida; II - O processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos; III - O idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza; IV - O idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política; V - As diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta lei (BRASIL, 1994, p. 01).

Em suma, verifica-se o fortalecimento da parceria entre o público e o privado estimulando as ações privadas da área e a atenuação das responsabilizações estatais. Verifica-se que a legislação atual atribui a família tamanha responsabilização impondo a esta à primeira instância dos direitos básicos ao idoso.

Outrossim, a institucionalização da pessoa idosa é uma alternativa a qual evita-se tomar, tornando os cuidados familiares e a socialização comunitária em ações que devem ser tomadas para evitar a institucionalização em abrigos e casas asilares. Para Silva (2014), as diversas formas de interações sociais são reportadas como fatores de preservação da saúde física e mental e do funcionamento cognitivo. Diante disso, percebe-se que a interação comunitária traz efeitos positivos até mesmo do que a convivência familiar, visto que esta tende a envolver tarefas e obrigações que muitas vezes não são vivenciados da melhor maneira possível. Contudo, se essa relação social com a família é harmoniosa, o prazer é relativamente maior do que o sentimento adquirido no ambiente externo, mas nota-se que este não é o caso da maioria da população trabalhadora assalariada (SILVA, 2014).

Segundo o autor, as pessoas que mantêm o vínculo afetivo com os amigos, conseguem equilibrar as crises e problemas que a longevidade carrega como consequências, enquanto indivíduos que não mantêm essa conexão são propensos a sentir-se solitário, depressivo e uma série de problemas físico e mentais. Nessa fase, essas trocas mútuas são vivenciadas sob um novo cenário. Na juventude, geralmente era vivenciado nas relações de trabalhos ou até mesmo no ambiente familiar, com a criação dos filhos como exemplo, contudo na velhice essas trocas de afeto se tornam mais difíceis e, portanto, mais valorizadas visto que eles já não fazem mais parte diretamente do ciclo econômico, pois com as limitações não possuem capacidade física para vender sua força de trabalho (SILVA, 2014).

No entanto, Almeida e Silva (2018) afirmam que apesar da importância dessa interação social, no âmbito familiar existem alguns fatores que podem afetar essas relações. A dependência, fragilidade e debilidade em grande parte estão presentes nas relações familiares e tornam-se um entrave a ser superado. Contudo, é importante salientar que a família também passa por um processo de exclusão necessitando dessa forma de cuidados e proteção.

É nesse contexto que vivencia-se fatores como violência, maus tratos e abandono. Esses fatores são ocasionados por conexões afetivas fragilizadas e a sociabilidade em vulnerabilidade, decorrente de exclusões sociais e mazelas trazidas pela sociedade, sejam elas no contexto político, econômico ou social. Essas debilidades ocasionam a terceirização dos serviços que deveriam ser cumpridos pela família em relação aos cuidados primários básicos, porém a sociedade exaurida com essas relações desiguais opta por deixá-los em instituições de longa permanência ou quando permanecem no mesmo espaço geográfico não consegue se sentir pertencente ao próprio seio familiar (ALMEIDA E SILVA, 2018).

Nesse sentido, é consolidada a importância da interação social. É a partir do desenvolvimento de atividades que promovam suas habilidades físicas, emocionais e culturais que os idosos conseguem um maior bem-estar e conseqüentemente a qualidade de vida. Por isso, é relevante impulsionar o desenvolvimento de ações que busquem essa socialização no ambiente comunitário e o fortalecimento de vínculos sejam eles no ambiente interno ou externo.

Para isso, algumas legislações foram estabelecidas com a finalidade de proteger e garantir os direitos dessa população fortemente marcada por exclusão e luta de classes. Para isso faz-se necessário compreender o contexto histórico em que esses avanços foram compreendidos. Salienta-se que esses direitos foram adquiridos gradativamente na medida em que as necessidades foram surgindo. Ainda há muito que conquistar, porém alguns avanços tornaram-se essenciais para que a problemática do idoso pudesse ser trabalhada com o propósito de amenizá-la.

Compreender a trajetória da Assistência Social é imprescindível para entender a dinâmica da população idosa, pois historicamente, a Assistência Social era reduzida a apenas filantropia e caridade. O idoso entra em pauta a partir de dificuldades nas relações político-econômicas. Conforme afirma Alves (2014), o SESC foi o pioneiro nas modificações dessa prática, iniciando os Centros de Referências voltados a pessoa idosa. Diferentemente do que estavam habituados, os serviços oferecidos pelo SESC estavam além da institucionalização. Era oferecido mecanismo que buscavam a arte e lazer, tornando-se dessa forma a referência naquela época.

Com o crescente aumento da expectativa de vida, em 1970 foi desenvolvido alguns seminários para debater o tema. Logo, começou-se a pensar sobre a população idosa na sociedade e quais papéis a ocupa. Tão logo, foram desenvolvidas algumas normas e diretrizes destinadas aos longevos. A partir desses debates foi criado um documento intitulado: Política Social para o idoso, diretrizes básicas, no qual buscava à manutenção do idoso na família; revisão de critérios para concessão de subvenções a entidades que abrigam idosos; criação de serviços médicos especializados para idosos, incluindo atendimento domiciliar; entre outros. Destaca-se, que posteriormente foi criado o Programa de Assistência ao Idoso (PAI) que surgiu sob uma conjuntura de autoritarismo militar e que era destinado a aposentados e pensionista oferecendo atividades de lazer e convivência comunitária (ALVES, 2014).

Observa-se, que em um contexto neoliberal os serviços não eram destinados a toda população idosa o que obrigava os demais a ficar à margem e sob a benevolência de terceiros. Dessa forma, os serviços de caridade e filantropia eram a principal fonte de cuidados que os idosos possuíam naquela época.

Com a reforma da previdência e as lutas constantes desse público, houve uma reestruturação nos programas que já existiam e criou-se o Projeto de Apoio à Pessoa Idosa (PAPI). O Programa buscava dar maior visibilidade ao idoso em relação ao meio social no qual estava inserido, além de discussões sobre seus direitos, ganhando destaque a importância que eram os debates sobre sua convivência no ambiente comunitário (ALVES, 2014).

Foi somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que o idoso foi amparado de fato. A partir dessa lei o Estado passou a ver as minorias, incluindo os idosos, como indivíduos que necessitam de proteção social e dessa forma esses cuidados não são mais tratados como benevolência e sim como caso de política pública. A partir disso, abriu-se caminho para diversas legislações posteriores em favor da pessoa idosa, como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993; a Política Nacional do Idoso - PNI (1994); o Estatuto do Idoso (2003) como já mencionado nesse estudo.

Por conseguinte, a LOAS nas três esferas do governo, prevê a Assistência Social como direito de todos os cidadãos brasileiros, compondo o tripé da Seguridade Social. Portanto, a Assistência Social é de fundamental importância, uma vez que a referida legislação norteia a prestação de serviços socioassistenciais aos idosos. Deste modo, os Artigos 1º e 2º do Capítulo I (Das Definições e dos Objetivos), os definem:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. Art. 2º A assistência social tem por objetivos: I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice [...] (BRASIL, 2011).

Assim, a Assistência Social tem um papel fundamental para a sociedade, pois é ela quem viabiliza o acesso aos direitos e o desenvolvimento de programas que tenham como objetivo minimizar as desigualdades.

Diante do exposto são inegáveis os avanços que foram tomados em relação a esse público. Antes, tinha-se uma postura de caridade, generosidade e altruísmo, com os avanços as ações passaram a ser tomadas pelo o Estado, compartilhando juntamente com a família. Porém, a muito que conquistar, principalmente por se tratar de uma sociedade instável que tem como pilar o sistema capitalista, no qual as mazelas e expressões da questão social são muito presentes no cotidiano.

Partindo desse pressuposto, o Estatuto do Idoso estabeleceu a família como a primeira instância responsável pela garantia dos direitos da pessoa idosa. Contudo, essa responsabilidade não é só obrigação do grupo familiar, é estendida a sociedade e Estado constituindo dever de todos. Um dos princípios no qual o Estatuto prevê alinhado com a Constituição Cidadã é o direito a convivência comunitária como forma de socialização, garantindo-lhe o sentimento de pertencimento e consequentemente evitando alguns problemas como ansiedade, solidão e depressão (BRASIL, 1988).

Vale salientar a importância do Estado na criação e efetivação das políticas públicas voltadas para a área do envelhecimento. É relevante que essas ações sejam criadas antes mesmo de chegar nessa fase, como uma espécie de preparação ao longo da vida. Oferecer uma vida digna, amenizando a exploração do trabalho, a criação de programas que promovam saúde e bem-estar para a população, deve ser ações prioritárias para que de fato a realidade desse público possa ser transformada. Não há o que negar sobre o importante avanço ao criar a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso no qual legitimam e garantem o direito dessa

população, porém essas ações não devem resignar-se e dessa forma não avançar no que tange aos direitos da pessoa idosa, pois a sociedade está em constante transformação e necessita que essa dinâmica seja sempre revisada (ALVES, 2014).

Em relação aos grupos de convivência, a autora afirma que esses trabalhos sociais possuem alguns objetivos, como a promoção da autoestima, troca de experiências, diálogos, integração em diferentes ambientes, promoção da sua autonomia, entre outros. Para entender alguns benefícios da socialização comunitária, Oliveira (2019) elencar alguns benefícios:

A interação entre colegas e amigos possibilita que os idosos se sintam acolhidos e não se isolem. E esse sentimento de pertencimento os motiva a realizar atividades que trazem benefícios para a saúde e, conseqüentemente, para o envelhecimento saudável; ao envelhecer é comum adotar certos comportamentos que podem causar a depressão ou o isolamento, por isso, a socialização é tão importante na *terceira idade*, uma vez que previne doenças mentais e estimula os aspectos cognitivos, de memória e de atenção. A motivação é um dos principais benefícios da socialização. Quando os idosos participam de grupos sociais, eles se sentem mais autoconfiantes e motivados a praticarem diversas atividades que contribuem para o bem-estar físico e psicológico (OLIVEIRA, 2019 p.16)

Desse modo, observa-se que a reunião desse grupo tem como finalidade a busca por interação social que podem ser considerados através dos sentimentos expostos por ele. Essas ações têm o propósito de estimular o prazer, a descontração, resgatar emoções vivenciadas no passado, além de promover a saúde física e mental.

Nesse contexto, a criação de centros de convivências ou de referências ganha um papel em destaque para desenvolver tais ações. Conforme Alves (2014), os CRAS possuem autonomia para realização dessas atividades, assim como o próprio centro de referência que foi criado com essa finalidade. Em seus estudos, ela afirma que os encontros grupais possibilitam a reconstrução da sua identidade além de resgatar vínculos familiares. Em suma, esses grupos buscam promover o envelhecimento ativo, preservando a capacidade e seu potencial de desenvolvimento, sem ignorar as limitações que a longevidade traz consigo.

Corroborando com o pensamento de Alves (2014), Dal Rio (2009) menciona que o sentimento de pertencer a algo é fundamental para qualquer pessoa, inclusive os longevos. Na ocorrência desse sentimento não ser vivenciado, a sensação de exclusão perpetuará nessa fase final da vida. Além disso, a interação social deve acontecer não só em grupos com a mesma faixa etária, mas com outros indivíduos de diferentes idades para que através das trocas de experiências, os jovens possam compreender a importância dos idosos e conseguir o respeito da sociedade quanto a garantias asseguradas nas normas legislativas, proporcionado assim uma efetiva inclusão social (DAL RIO, 2009).

Portanto, esses grupos precisam ser utilizados para promover essas ações e, sobretudo, garantir o papel social do idoso. Não devem ser usados como espaços apenas para entreter, pois

necessitam debater sobre as necessidades da pessoa idosa, com o propósito de fortalecer suas reivindicações e buscar uma mudança comportamental da sociedade em geral.

Para alinhar tais questões, a prática profissional de uma equipe multidisciplinar eficaz, é primordial na execução dessas ações. Os CRAS, que fazem parte da proteção social básica conforme a Política Nacional de Assistência Social – PNAS são responsáveis por abranger esses profissionais. Nesses equipamentos são desenvolvidas ações que visam o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, além de prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios. Esses serviços sócios assistenciais são detalhados dentre algumas definições, dentre elas: os Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) que são responsáveis por desenvolver o convívio familiar e comunitário, como um atributo da condição humana e da vida moderna, que se dá entre sujeitos de direito que se constituem à medida que se relacionam.

Para tanto, a contribuição do Assistente Social, exige um profissional com o olhar crítico sobre a realidade, considerando todas as condições materiais de vida sob a pessoa humana. Para isso, é necessário desenvolver um arcabouço teórico, sólido e transformador sobre as questões que norteiam a sociedade capitalista. Além de estar alinhado sobre as respostas que o Estado oferece a esse público. É relevante conhecer o contexto histórico em que os usuários estão inseridos, bem como seu histórico de lutas e reivindicações em defesa de seus direitos. Ademais, nota-se que alguns desafios também devem ser superados, como a precarização e contradição das demandas profissionais e institucionais (SILVA, 2018).

Contudo, é indispensável o pensamento de estratégias e ações que equilibrem esse paradoxo e dessa forma consiga enfrentar tais questões. Enfrentar esses desafios e inserir os usuários nos grupos de convivência deve ser fator primordial na atuação desse profissional, visto que a caridade enraizada da Assistência social ainda é presente na contemporaneidade, mesmo existindo inúmeras ações que esclareçam que esse é o direito a quem dela necessitar. Diante disso, faz-se necessário criar estratégias para que os usuários possam ter voz ativa, assumam seu lugar de protagonismo, e que a sua participação social seja efetiva estimulando o seu posicionamento como sujeito de direitos.

CAPÍTULO III – PERCURSO METODÓGICO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS

Conforme estudos e observações tomadas a partir do Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II tornaram-se possível desenvolver este capítulo com o propósito de através das informações adquiridas serem capaz de construir uma discussão pertinente e transformadora. Para tanto, foi construído um percurso metodológico contendo elementos para conseguir alcance nos resultados das pesquisas. Posteriormente, será retratado o Centro de Referência do Idoso – CRI, entendendo-o como um equipamento da Assistência Social de proteção básica capaz de transformar a vida intra e extrafamiliar do idoso por oferecer atividades inerentes para o bom funcionamento do indivíduo em sociedade.

Por conseguinte, será apresentado as análises e discussão de dados cujo o principal objetivo é analisar a socialização do idoso no ambiente familiar e comunitário tornando-se um desafio compreender a motivação do crescente número de idosos assíduos no equipamento e quais benefícios este o proporcionam.

3.1 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA SOCIAL

Compreende-se que o percurso metodológico é toda trajetória percorrida para alcançar os resultados adquiridos através das pesquisas, embasamentos teóricos e observações realizadas *in loco*, aliando-se, portanto aos objetivos apresentados de forma que estes arroleem coerentemente. Desta maneira, será possível alcançar esses objetivos e responder as hipóteses as quais este trabalho propõe.

Salienta-se, que a pesquisa social é entendida como a obtenção de novos conhecimentos a partir da realidade social, pois é através dela que serão analisadas as relações dos homens enquanto indivíduos e eles para com o seu meio. Desta forma, é pertinente utilizar a pesquisa científica para descobrir respostas para os problemas que são expostos (GIL, 2007).

Ademais, no que diz respeito à metodologia o autor menciona que trata-se de um conjunto de técnicas e processos empregados para a pesquisa e a formulação de uma produção científica tendo como objetivo analisar as características dos vários procedimentos indispensáveis para realizar tal estudo.

Com isso, o estudo sustenta-se por procedimentos metodológicos embasados na técnica bibliográfica, documental e descritiva, possuindo tipo de abordagem qualitativa. Para isso, utilizou-se fonte e procedimento de campo através da observação paralela e entrevista semiestruturada, com o propósito de identificar como são as relações, sobretudo de socialização, proposto por esse trabalho. A escolha desses métodos foi primordial para o

alcance desses objetivos, pois trata-se de instrumentos de coletas de dados eficazes que de forma crítica são necessárias para analisar a temática central dessa pesquisa.

No que tange a pesquisa bibliográfica, Oliveira (2011) afirma que toda pesquisa científica deverá ter o apoio na pesquisa bibliográfica, pois é necessário durante a pesquisa solucionar algo inovador e para não perder tempo em algo que já foi explorado, essa pesquisa precisa possuir embasamento teórico. Portanto, trata-se de uma fonte de coleta de dados sobre assuntos científicos já retratados no passado sobre um tema/assunto que foi estudado.

Em suma, essa pesquisa é constituída principalmente de matérias, artigos ou livros que já foi bastante explorado, tornando-se essencial para atribuir ao trabalho veracidade e legitimidade nas informações apresentadas.

Em consonância com essa pesquisa, a Documental possui pequenas diferenças em relação à apresentada. Trata-se da natureza das fontes, pois esta é embasada nos conhecimentos de diversos autores e desta maneira poderá ser resignificada conforme objetivos de cada trabalho. Contudo, o autor salienta que as fontes poderão pertencer tanto a arquivos públicos, quanto a particulares, tratando-se deste modo de fontes primárias (OLIVEIRA, 2011).

Por sua vez, no que diz respeito ao método qualitativo:

Além de permitir desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares, propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação. Caracteriza-se pela empiria e pela sistematização progressiva de conhecimentos até a compreensão da lógica interna do grupo ou do processo em estudo (MINAYO, 2007, p.57).

Em síntese, trata-se de um método o qual é possível atingir motivações mesmo que inconscientemente. Deste modo, é possível analisar e estudar um determinado grupo e conseguir construir uma compreensão detalhada deste público, sendo capaz de entender as peculiaridades e as características das relações sociais.

Nesse contexto, entende-se que a pesquisa descritiva:

Tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relações variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e umas das suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados, tais como o questionário e observação sistemática (GIL, 2007, p.42).

Dessa maneira, é possível compreender que esse tipo de pesquisa proporciona a coleta de dados que possam levantar opiniões, indagações e questionamentos de certo público. Contudo, ela não apresenta qualquer tipo de interferência, possuindo apenas o propósito de descobrir a frequência de determinada ocorrência (GIL, 2007).

Neste sentido, entende-se que essas pesquisas foram apresentadas resumidamente com o propósito de explicar suas principais características mesmo que de forma sucinta. Ressalta-se que elas se complementam e possuem o propósito de fundamentar tal estudo e de maneira crítica relatar os motivos que proporcionam a existência de determinado fato.

Vislumbra-se que a pesquisa foi realizada com base nas observações vivenciadas no estágio supervisionado. Deste modo, ressalta-se a importância da observação, pois através dessa técnica é possível obter um levantamento dos fatos a partir da vivência com o meio em que o grupo está inserido. Assim, Oliveira (2011) cita que essa técnica permite conhecer algo por meio de uma experiência casual, algo que não necessariamente precise de instrumentos para realizar sua coleta, geralmente acontece espontaneamente.

Contudo, Marconi & Lakatus (1996) afirma que essa técnica possui a capacidade de coletar dados os quais os indivíduos não possuem consciência, porém orienta seu comportamento. Desta maneira, o pesquisador necessita obter um contato direto com a realidade e dessa forma colher os dados à medida que os fenômenos vão acontecendo.

Com isso, Barros e Lehfeld (2007) explana que a pesquisa de campo é responsável por extrair dados e informações diretamente da realidade do objeto de estudo. Trata-se, portanto, de uma pesquisa na qual o explorador necessita dirigir-se até o local da pesquisa no intuito de coletar os dados e desta maneira possui contato direto com fenômeno estudado

Como técnica de pesquisa para coleta de dados, foi utilizada a entrevista. Conforme Oliveira (2011, p.35), é umas das principais coletas de dados e pode ser definida como conversa realizada face a face pelo pesquisador junto ao entrevistado, seguindo um método para se obter informações sobre determinado assunto. Conforme o autor, essa técnica é bastante utilizada nas pesquisas sociais, pois é através dela que é possível identificar o que os indivíduos pensam e desejam sobre determinado assunto. Contudo, algumas limitações são pertinentes mencionar. Há a possibilidade direta em o entrevistado possui influências, entrevistador ou opiniões que este possa expressar, porém é relevante que essas limitações possam ser trabalhadas de modo que essas influências não prejudiquem a qualidade da coleta dos dados.

Deste modo, a coleta se deu por meio de entrevista semiestruturada, pois trata-se de um público em que há a necessidade de ordenar as perguntas bem como sua forma de perguntar de acordo com as características de cada entrevistado. Esse tipo de pesquisa não necessita seguir um padrão pré-estabelecido, contudo necessita seguir uma lógica coerente para que os dados obtidos possam ser precisos e legítimos (OLIVEIRA, 2011).

É oportuno destacar que o local da pesquisa aconteceu no Centro de Referência do Idoso – CRI, localizada na Rua Monsenhor Esmeraldo, S/N, Bairro: Franciscanos na cidade de Juazeiro do Norte – CE. O equipamento oferece serviços à população idosa com idade a partir de 60 anos e, por conseguinte promove saúde e bem-estar.

O período da pesquisa realizou-se no dia 09 de maio de 2022, e tem a finalidade de discutir a naturalização dos cuidados familiares como forma de atenuação das ações do Estado.

Desta maneira, é necessário compreender a socialização no ambiente comunitário e familiar com o propósito de compreender como as relações familiares foram construídas e solidificadas.

Desta maneira, a população que corresponde ao universo da pesquisa, abrange esses usuários frequentantes do equipamento. Deste modo, a coleta ocorreu no período da manhã entre 07h30min e 10h:00min, e na oportunidade possuía em média 30 usuários, o que determina o universo da pesquisa. Assim, a coleta de dados deu-se por meio de uma amostragem equivalente a aproximadamente 60% dos usuários presentes na data mencionada no qual equivale a 20 usuários entrevistados.

É significativo enfatizar que a entrevista se deu de forma anônima de modo que os dados coletados não possam prejudicar sua integralidade. Desta maneira a medida que cada novo entrevistado comparecia ao espaço reservado, foi feito esclarecimentos sobre a finalidade da entrevista, bem como foi recolhido a assinatura dos usuários mediante a um termo de consentimento. Salienta-se que essa aproximação com os usuários foi relevante para análise e interpretação dos dados coletados.

3.2 ANÁLISES DOS RESULTADOS: A ESTRATÉGIA NEOLIBERAL DO ESTADO ACERCA DOS CUIDADOS FAMILIARES DA PESSOA IDOSA.

A princípio, a realização da pesquisa ocorreu no Centro de Referência do Idoso- CRI, cujo objetivo é analisar a estratégia neoliberal do estado acerca dos cuidados familiares da pessoa idosa. Deste modo, é importante compreender como as relações familiares são constituídas e como elas se revelam na vida dos idosos.

Para compreender o espaço físico e as atividades que o equipamento oferece, é pertinente explanar tais características. O Centro de Referência do Idoso - CRI, é um equipamento que foi inaugurado em novembro de 2011, instituído por meio de projeto Conviver, sendo o único da cidade de Juazeiro do Norte localizado à rua Monsenhor Esmeraldo, SN, Bairro Franciscanos, destinado ao idoso em consonância com a Política Nacional de Assistência social, na área de proteção social básica, no qual oferece serviços de planejamento, gerenciamento, execução e assessoria de programas, políticas e serviços sociais. É um órgão municipal vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e trabalho – SEDEST, composta por uma equipe multidisciplinar que oferece serviços a um grupo de idosos compostos atualmente por 512 cadastrados.

Os serviços oferecidos são destinados à idosos com faixa etária a partir de 60 anos, e que vivam em situação de fragilidade decorrente da pobreza, falta de fortalecimento entre vínculos familiares, ausência de renda e acesso precário a serviços públicos, os quais em sua grande maioria sofre consequências como o abandono ou institucionalização em casas asilares.

Seu organograma é composto por: Auxiliar de serviços gerais, Assistente Social, Educadores físicos, Enfermeiros e Técnicos de enfermagem, Médicos, Fisioterapeuta, Psicólogos e a Coordenação. O CRI em seu espaço físico possui uma sala de recepção para acolher os idosos antes de serem encaminhados para as atividades, uma sala do Assistente Social no qual são realizadas reuniões e grupos de convivência. Espaço para o Psicólogo com o propósito de realizar as atividades desenvolvidas pelo grupo. Um consultório Médico para a realização de consultas e por fim um espaço reservado para a coordenação do equipamento. Além disso, é oferecido um refeitório, uma piscina, salão, banheiros e sala de reuniões internas.

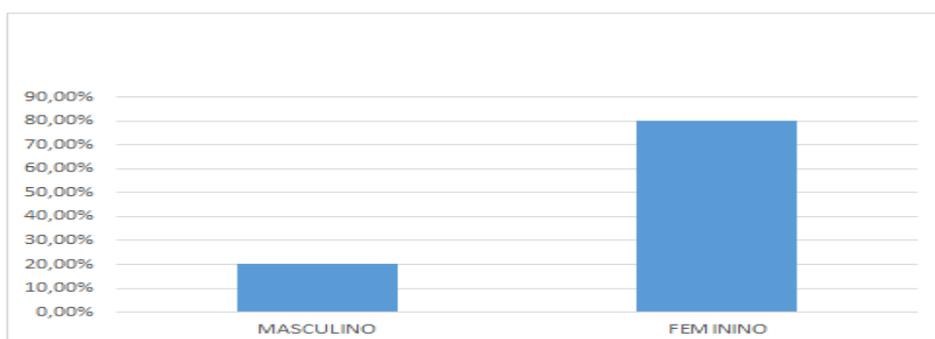
Por conseguinte, salienta-se que as perguntas elaboradas foram criadas baseadas nas hipóteses buscando responder a seguinte indagação. Porque o Estado impõe a família como a responsável em primeira instância pelos cuidados dos idosos, sendo a família marcada pelas metamorfoses do sistema capitalista?

Nesse contexto, a fim de responder o objetivo proposto, será apresentado os resultados em forma de gráficos, assim como a análise das falas. Deste modo, será exposto a conclusão em relação a coleta de dados adquiridas através da entrevista. Assim, é válido destacar o quão é relevante analisar o conteúdo visto que conforme Bardin (1997), essa análise permite a interferência do que foi obtido em relação as mensagens recebidas.

Logo, entende-se que a análise dos resultados permite obter mais veracidade crítica dos fatos, além do aprimoramento do tema estudado. Assim, salienta-se que será exposto os dados demográficos através de gráficos compondo os aspectos referentes a gênero, idade, vínculo empregatício, grau de escolaridade, estado civil e dependentes, posteriormente serão expostos os relatos das perguntas abertas.

Conforme o gráfico abaixo, se observa que 80% dos entrevistados correspondem ao sexo feminino e 20% ao sexo masculino.

Gráfico 1 - Distribuição por Gênero



Fonte: Primária, 2022

Deste modo, presume-se que a maioria dos idosos que procuram o equipamento são mulheres, mesmo elas sendo as responsáveis pelos afazeres domésticos ou atividades que historicamente foram impostas a elas como algo singular do sexo feminino. Os homens por sua vez, buscam em menor número as atividades que o equipamento oferece tendo como consequência à ausência de atividades que lhes proporcione qualidade de vida. Deste modo, entende-se que a falta de interesse dos idosos do sexo masculino ao procurar esses serviços é causado pelo preconceito que foi adquirido ao longo do tempo.

Diante disso, Braz (2005) afirma:

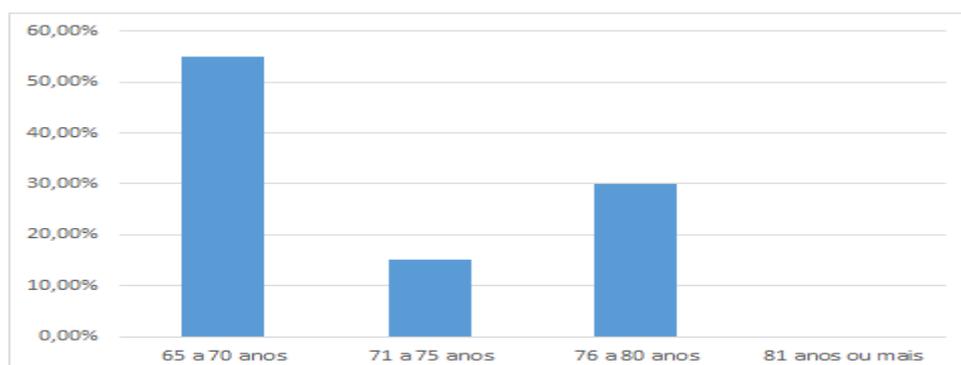
Meninos e meninas são criados de modo diverso. Os meninos são criados para serem provedores e protetores. Os meninos também desde cedo são treinados para suportar sem chorar suas dores físicas e emocionais. A dor é antes de tudo assunto de mulher, o homem deve desprezá-la, sob pena de ser desvirilizado e de ser rebaixado ao nível de condição feminina (BRAZ, 2005, p.06).

Em conformidade com a fala da autora, percebe-se que os homens foram criados sendo os responsáveis pelo sustento da família com a ideologia de que o trabalho dignifica o homem. Deste modo, eles não buscam atividades que ofereçam bem-estar para sua vida e dessa maneira é dominado pelo preconceito no qual a sociedade impôs, prejudicando as relações sociais.

Em contrapartida, é relevante mencionar que as mulheres idosas sofrem maiores discriminações em relação ao homem idoso. Para a sociedade, essa categoria só possui valor significativo se esta for atrativa ao homem. Na medida em que os homens vão envelhecendo, vão tornando durões e viris. Porém, as mulheres não são observadas dessa forma e são reduzidas a mulheres enrugadas que estão em fase de decadência. Ademais, Beauvoir (1990) afirma que toda mulher um dia irá envelhecer e que todos os indivíduos desejam chegar à essa fase. Porém a sociedade contemporânea não valoriza nem a velhice, tão pouco a mulher, separando-a por gênero e gerações. Deste modo, compreende-se que a sobrevivência da mulher está atrelada ao modo no qual ela corresponde as necessidades do homem e aos padrões impostos pela sociedade reforçando dessa forma o patriarcado. Assim, é notório a dupla discriminação que essa categoria sofre. A velhice por si já revela ações que fundamentam esse preconceito, a mulher idosa particularmente precisa lidar com esse dinamismo de envelhecer e ter o gênero atribuído de forma negativa. Portanto, nota-se a importância da estratégia de adaptação das mulheres na sociedade em consonância ao processo de envelhecimento que notoriamente se torna temido e difícil de aceitar as transformações que essa faixa etária traz (BEAUVOIR, 1990).

O gráfico a seguir demonstra as informações referentes à faixa etária dos usuários:

Gráfico 2 - Distribuição por Idade



Fonte: Primária, 2022

Observa-se que a faixa etária dos usuários entrevistados possui predominância entre 65 a 70 anos de idade, o que equivale a 55%, representando o maior percentual da pesquisa, visto que o público que possui mais de 81 anos não representa ninguém dos entrevistados.

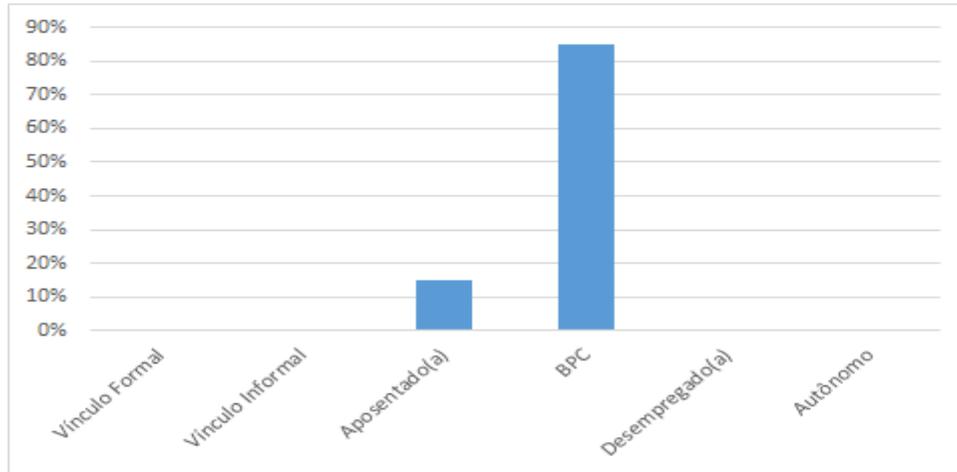
Assim, os resultados da pesquisa apontam que o público que busca as atividades que o CRI oferece são pessoas que não possui significativas limitações. Apesar de já serem classificadas como idosas, suas limitações ainda podem ser menores em comparação as demais faixas etárias. Elucida-se, que a ausência de idosos com maior idade, se dá devido à falta de investimento em políticas públicas no qual poderiam ser investidos em equipamentos de locomoção, estrutura física do prédio para suportar esses idosos, ou até mesmo a ampliação da equipe profissional com o propósito de fortalecer essa rede de apoio.

Em vista disso:

O fato é que tanto o Estado quanto à sociedade deve garantir aos idosos as condições de desfrutar uma vida mais longa com dignidade. Atender os desafios decorrentes das mudanças na estrutura etária do país, que envolve o crescimento do número de pessoas envelhecidas, implica em assegurar a equidade na distribuição de recursos e das oportunidades sociais (BRAGA, FILHO, SILVEIRA, GUIMARÃES, 2008, p.12).

Dessa maneira, o governo mostra-se indolente em relação à implementação de políticas públicas, deixando a mercê esse público que de um modo geral necessita primordialmente desses investimentos. Assim, em relação ao gráfico é pertinente enfatizar que é elementar investir em ações que busquem expandir esses serviços e que consequentemente envolva faixas etárias mais avançadas. É perceptível em relação ao gráfico 1 que o número de mulheres que frequentam o equipamento é bem significativo em relação ao homem. Logo, observa-se que além da falta de interesse dos homens em buscar meios de socialização, é relevante mencionar que a expectativa de vida de mulheres idosas também é superior à de homens idosos. Assim, segundos dados do IBGE (2014), existem diversos fatores que contribuem com essa diferença entre os gêneros, tais podem ser elencados em: diferenças genéticas, hormonais e comportamentais. Conforme o senso, homens são propensos a desenvolverem comportamento de riscos e não cuidarem da saúde precocemente sendo, portanto, fatores que contribuem para uma expectativa de vida inferior à das mulheres.

Seguindo a tabulação dos dados, o gráfico 03 apresenta informações referentes ao tipo de vínculo empregatício:

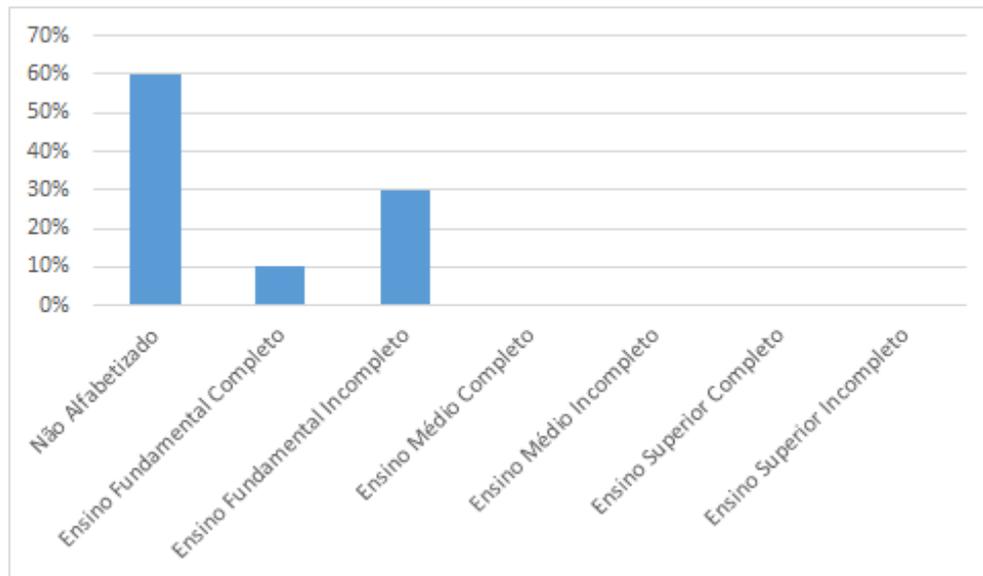
Gráfico 3 - Distribuição por Renda

Fonte: Primária, 2022

Os resultados demonstram um número significativo de idosos que recebem o benefício de prestação continuada – BPC compondo 85% dos idosos entrevistados. Aqueles que são aposentados representam 15% dos entrevistados. Deste modo, percebe-se que a maioria dos idosos entrevistados não contribuíram tempo suficiente para que sua aposentadoria fosse validada. Em suma, é importante elucidar que o BPC, não é uma aposentadoria, ele é um benefício assistencial, desta maneira não possui direito a décimo terceiro tão pouco a deixar pensão por morte.

Conforme o Ministério do Desenvolvimento Social (2022), trata-se de um benefício de 01 salário mínimo mensal pago as pessoas idosas com 65 anos ou mais. O total da sua renda mensal e dos membros da sua família, dividido pelos integrantes, não pode ultrapassar $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente. Desta forma, é relevante explicar que o BPC, apesar de não ser esclarecidos pela maioria da população, não trata-se de uma aposentadoria, tão pouco proporciona os benefícios que ela oferece aos idosos aposentados. Isso demonstra que os idosos brasileiros não estão preparados para manter uma vida digna ao chegar à velhice já que economicamente não possuem estabilidade financeira.

Se tratando da distribuição do grau de escolaridade, o gráfico a seguir faz algumas demonstrações:

Gráfico 4 - Distribuição por Grau de Escolaridade

Fonte: Primária, 2022

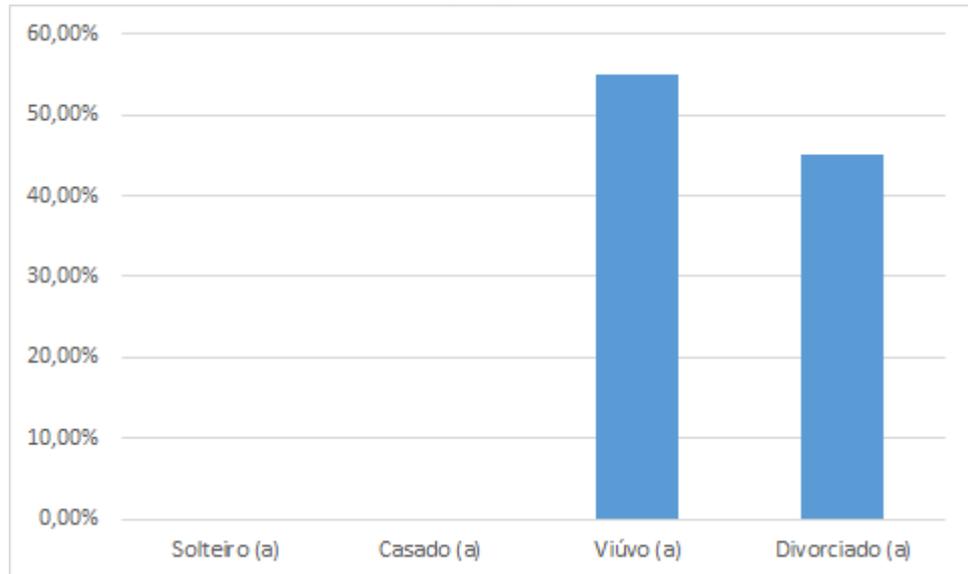
Em relação ao grau de escolaridade dos idosos, observa-se que 60% dos entrevistados não possuem escolaridade, 30% possuem apenas o ensino fundamental incompleto e 10% o ensino fundamental completo. Em relação ao analfabetismo essa realidade apesar dos avanços tecnológicos da sociedade, ainda é presente na contemporaneidade. Esse baixo nível de escolaridade dos idosos é fruto das desigualdades sociais e dos obstáculos impostos à educação plena.

Desta maneira, Carvalho (2016) cita:

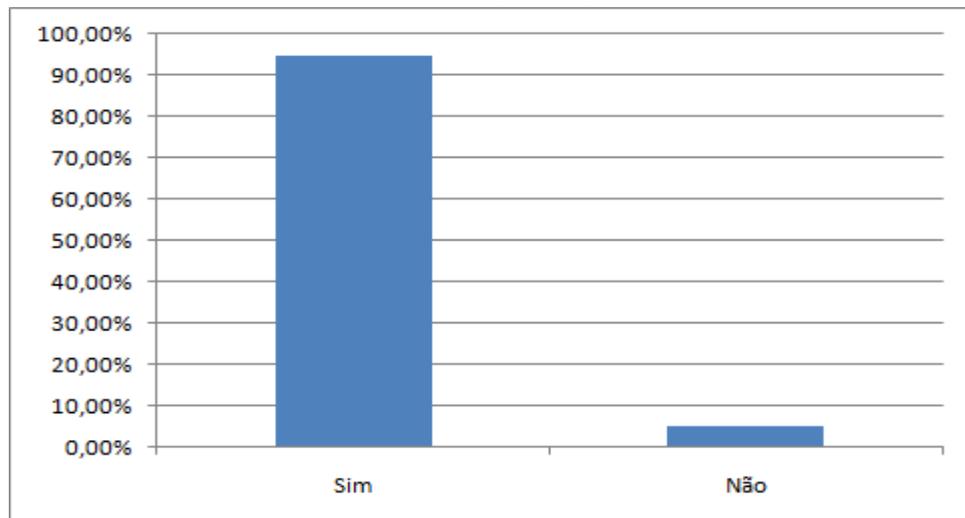
Sabe-se que a educação favorece e possibilita ao homem os meios para desenvolver suas potencialidades, ampliar conhecimentos e promover melhor direcionamento à vida. Fatores estes que podem auxiliar o idoso na solução desta situação. A educação tornou-se instrumento de Ascensão Social em uma sociedade de poucas oportunidades e que tendem a limitá-las ainda mais (CARVALHO, 2016, p. 12).

Nesse sentido, a educação assume o papel de aprender e ensinar contribuindo para que os indivíduos possam desempenhar seu papel social de maneira responsável. É através do conhecimento que é possível enxergar a realidade uma maneira crítica. Contudo, o Brasil apresenta, de forma agravada, enormes desigualdades na distribuição de renda e deficiências no sistema educacional.

A seguir, o gráfico 05 e 06 apresenta informações referentes ao Estado Civil dos entrevistados, bem como sua relação referente à existência de dependentes.

Gráfico 5 - Distribuição por Estado Civil

Fonte: Primária, 2022

Gráfico 6 - Distribuição por Dependentes

Fonte: Primária, 2022

Observa-se no gráfico 05 que não há a existência de solteiros e casados em relação aos idosos entrevistados. Os viúvos correspondem a 55% e os divorciados a 45%. Desta maneira, nota-se que os cônjuges já não fazem mais parte do ciclo familiar desses idosos, deste modo é notório que a solidão se revela na vida desses indivíduos. Antagonicamente, o gráfico 06 mostra a existência de filhos nas famílias dos entrevistados, estes correspondem a 95%, um número relativamente significativo.

É válido ressaltar a importância dos filhos na vida dos idosos, pois são eles os responsáveis por ajudar a lidar com as limitações que a velhice proporciona. Esses relacionamentos pessoais são indispensáveis durante toda a vida. É necessária uma família estruturada, para que o idoso se sinta acolhido e viva de forma digna com qualidade as mudanças da fase pelo o qual está passando (ABREU, 2020).

No entanto, o abandono afetivo do idoso é uma realidade presente no País. Este consiste na falta de cuidados dos filhos com os pais ao chegar à velhice. Deste modo, Aguiaro (2016, p.40) menciona: Quando nos referimos ao abandono do idoso, estamos no referindo a um crime. A parcela idosa da população brasileira cresce e juntos crescem as maldades sofridas por eles.

Ademais, nota-se que culturalmente quando o idoso necessita de cuidados, a família assume este papel. Porém, entende-se que muitas vezes o Estado não disponibiliza recursos para que estas famílias possam cuidar de maneira digna e acabam punindo e culpabilizando pelo o abandono.

Nesse contexto, foi indagado aos entrevistados com quem o idoso residia, o qual logrou as seguintes respostas:

Moro sozinha, pois meus filhos trabalham. (E – 1);

Mesmo tendo 10 filhos, eu moro com minha irmã (E – 2);

Não tem como morar com meus filhos porque na correria do dia –a –dia eles não têm como cuidar de mim (E – 3);

Moro com minha filha, mas ela trabalha, então cuido das coisas em casa (E – 4);

Estes relatos feitos pelos entrevistados, respondem a indagação o qual este trabalho propõe. Desta maneira, é evidente que o Estado não fornece recursos para que esses idosos possam conviver com os parentes. Ainda assim, quando são capazes de manter essas relações, são os próprios idosos com o dinheiro da sua aposentadoria que garante o sustento da família.

Sendo assim, foi questionado sobre com quem costuma passar o tempo livre bem como o que faz durante esse tempo. “Algumas respostas foram relevantes para tal levantamento: “Costumo passar o tempo livre com minhas amigas que conheci aqui no CRI e quando não estou aqui, faço crochê em casa” (E – 8)”. ”O tempo livre vou à igreja com minha irmã“ (E – 11). “ Passo o tempo livre sozinha, mas gosto de vir ao CRI para distrair” (E – 17).

Atrelando ao contexto, nota-se que conforme recorte das falas dos entrevistados, os ciclos sociais deles são bem restritos. Logo, entende-se que a família não deveria apenas assumir o papel reprodutivo e sim ser o responsável pelo afeto e fontes de solidariedade. Conforme Aguiaro (2016), nem sempre os idosos são acolhidos de forma devida, à medida que vão se tornando indefesos e incapazes, muitas vezes são rejeitados e forçados a morarem em abrigos, longe de parentes e amigos.

Conforme o autor, há a necessidade de inserir o idoso no meio social, pois se essas relações não acontecem de forma válida e eficaz, estes tendem a desenvolver problemas de saúde mental. Desta maneira, esse isolamento pode ser entendido com um tipo de violência social.

Diante da vulnerabilidade dessas relações, foi questionado aos idosos o que é considerado como sua fragilidade. Curiosamente, 95% responderam que trata-se da ausência dos parentes em seu ciclo social. Por conseguinte, foi indagado qual atividade que os idosos costumam praticar com sua família. Como resposta, foi obtido que 77% costumam ir à igreja com alguns parentes, 13% almoçam aos domingos e 10% não pratica atividade nenhuma com os parentes. Desse modo, é cabível afirmar que não se pode ignorar a importância da convivência familiar, mesmo que o modo de produção capitalista exija dos cidadãos trabalhadores, grande parte do seu tempo dedicado ao aumento do capital em função da burguesia (AGUIARO, 2016).

Ainda em conformidade com o autor, observa-se que o abandono da pessoa idosa, está inteiramente ligado pela lógica neoliberal no qual o Estado precariza o atendimento da pessoa idosa e desresponsabiliza no que diz respeito a suas funções. Logo, é crescente o atendimento sobre o chamado “terceiro setor”, surgindo assim, abrigos ou casas asilares.

Vislumbra-se, que essa perspectiva neoliberal impõe oportunos limites que só é possível compreender a magnitude desses problemas através de um aprofundamento teórico crítico. Ademais, com toda a precarização do ensino e a escassez de recursos educacionais, o acesso a essa realidade transfigura-se limitado. Deste modo, torna-se cerceado o acesso no intuito de debruçar sobre a realidade e encontrar respostas concretas para tais limitações (AGUIARDO, 2016).

Contudo, o sentimento de solidão é comum na vida dos longevos devido a uma série de fatores tais como: perda do cônjuge e familiares, redução de suas capacidades cognitivas e redução sócio – ocupacional. Essas limitações precisam ser minimizadas para que os idosos se sintam valorizados e vivam com dignidade, respeito e carinho partindo primordialmente dos seus parentes. Entende-se que a atual conjuntura moderna dificulta essas relações, entretanto é pertinente equilibrar essas funções para que o idoso não sofra ainda mais com vestígios dessa sociedade individualista.

Assim, o fato é que os idosos necessitam sentir-se enaltecido. Possuir relacionamentos de qualidade é uma chave para a felicidade e a longevidade. Ademais, é válido ressaltar que eles não devem ser enxergados como um fardo, pois são pessoas sábias e experientes as quais a convivência com elas pode ser aproveitada com o intuito de adquirir experiência de vida e desse modo contribuir para o bem-estar de ambos (SILVA, 2018).

Para analisar por outro ângulo em relação às políticas públicas, tal quais os benefícios, limitações e melhorias que o CRI oferece, foi indagado as seguintes perguntas: Como conheceu o Centro de Referência do idoso? Qual atividade pratica nessa instituição? O que poderia melhorar? E por fim o que o equipamento trouxe de benefícios para a sua vida? Destaca-se algumas respostas dos entrevistados:

Conheci o CRI através do meu marido, ele frequentava ainda quando era vivo. Desde que comecei a fazer Educação Física aqui tudo melhorou na minha vida. Em relação ao espaço físico ainda há muito que melhorar, como a piscina e outras atividades que não executamos mais devido a pandemia (E -11).

O CRI é minha melhor fonte de lazer. Curei-me de uma depressão depois que comecei a frequentar este equipamento. Vim através de uma amiga e não consigo deixar de vir um dia sequer. Mas, sinto falta dos forrós que aconteciam todas as quintas-feiras (E -8).

Essas alegações foram de extremas relevâncias, visto que entende-se a problemática em relação as políticas públicas. Observa-se nessas falas que após a pandemia do novo corona vírus (COVID 19), os serviços que eram ofertados ainda não retornaram, dificultando a execução das atividades. Compreende-se que por se tratar de um público debilitado, as ações devem acontecer cuidadosamente, a fim de evitar quaisquer riscos de contaminação. Ademais, nota-se que a estrutura física necessita de maiores investimentos, porém não são tratados como prioridades por parte do poder público.

Deste modo, Aguiaro (2016) cita:

Estruturas jurídicas e políticas tem se mostrado incapazes de enfrentar as questões pertinentes ao público usuário. A reforma do estado impactou de forma relevante no formato das políticas sociais e que essas políticas são cada vez mais prejudicadas e descaracterizadas do seu aspecto de direito e de conquista democrática (AGUIARO, 2016, p.46)

É válido ressaltar, que nesse momento de corte dos financiamentos das políticas públicas, as famílias assumem o papel de responsabilização que muitas vezes é atribuição do Estado no que diz respeito ao conjunto de medidas de proteção social destinados a vários segmentos da sociedade.

Assim, apesar de todo avanço das políticas públicas em relação à pessoa idosa, há muito que pensar sobre a efetivação de tais propostas. Assegurar uma saúde de qualidade, possuir acesso a bens e serviços, a socialização no ambiente comunitário e familiar, são ações que demandam um olhar prioritário para com esse público.

Nesse contexto, é verídico afirmar que o Assistente Social assume um papel primordial na vida do indivíduo. Esse profissional é capacitado para encontrar alternativas e estratégia de intervenção. Logo, a entrevista foi finalizada buscando a resposta da seguinte indagação: Qual a importância do Assistente Social em relação à efetivação de ações referente à socialização? Nesse sentido, cabe aqui expor algumas alegações dos entrevistados que apontam compreender

a importância desse profissional frente a essas questões: “Sem esse profissional não teríamos grupos de convivência” (E – 13); “ Considero muito importante, pois através dos grupos consigo esquecer os problemas” (E – 15). Deste modo, constata-se que apesar das limitações, o Assistente Social consegue exercer suas funções com alternativas e estratégias com o propósito de efetuar os direitos dos usuários.

Para compreender quais atribuições privativas do Assistente Social, é necessário situar suas competências que podem ser definidas através do art.4^a da Lei de Regulamentação do Assistente Social (1993):

I – Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área do serviço social;

II – Planejar, organizar e administrar programas e projetos em unidades de serviço social;

III – Assessoria e consultoria em órgãos da Administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de serviço social;

IV – Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de serviço social; (BRASIL, 1993, p.02).

Assim, destaca-se que para desempenhar suas funções é necessário um profissional que possua a análise crítica da realidade. Desta maneira, é relevante compreender todos os ângulos da vida de um usuário, como questões econômicas, sociais e culturais. A forma que o Estado responde as lutas e defesas pelos seus direitos também deve ser considerada.

Deste modo, Iamamoto (2010) menciona que: um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição e seus projetos, para defender seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Logo, é notório que o Assistente Social busca responder as demandas não só institucionais, mas, sobretudo as demandas expostas pelos usuários.

Portanto, é preciso um profissional que busque mudanças da realidade em que está inserido, modificando a forma de pensar e agir dos seres. É necessário pôr em prática o que o projeto ético – político da profissão propõe e desse modo compreender a alienação, usar a capacidade de emancipação e defender os interesses dos indivíduos que os cercam, descobrindo alternativas de ações para captar novas mediações. Logo, o Assistente Social deve compreender as múltiplas refrações da questão social, sintetizando suas aproximações com o usuário com o propósito de garantir os interesses e os direitos sociais dos usuários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito desta pesquisa foi analisar o porquê que o Estado impõe a família como sendo a responsável em primeira instância pelos cuidados familiares em relação a pessoa idosa, visto que, nota-se que a sociedade é marcada pelas metamorfoses do sistema capitalista. Essas contradições obrigam os indivíduos a se adaptarem ao modo que o próprio sistema impõe, sejam em aspectos econômicos, políticos, culturais ou sociais. Assim, a ideologia neoliberal põe essas desigualdades de maneira positiva como sendo algo que a sociedade necessite obter com a finalidade de desenvolver as relações de mercado.

Posto isto, observa-se que as ações as quais deveriam surgir a princípio de práticas estatais, acabam sendo absorvidas pela família e são tratadas como algo natural. Deste modo, essas estratégias atenuam os papéis do Estado e fragmentam as políticas públicas em prol dos idosos. Dessa maneira, é perceptível um resultado significativo em relação à pesquisa e o objetivo apontado, ambos estabelecem relações de semelhanças e conseguem dar respostas eficazes à finalidade proposta.

Ademais, as políticas públicas voltadas a pessoa idosa sofreram grandes avanços ao longo do tempo. Hoje, a lei de número 10.741/2003 – Estatuto do Idoso, é destinada a regulamentar os direitos e interesses da pessoa idosa. Esta certamente é uma conquista significativa adquirida para os longevos.

É cabível apontar que os levantamentos bibliográficos utilizados nesta monografia, constataram que o Brasil possivelmente enfrentará um desafio do envelhecimento populacional, visto que a sociedade precisa se organizar para solucionar problemas na área da saúde, assistência e previdência, pois com uma sociedade marcada pelas contradições do sistema capitalista, se não houver uma reorganização da sociedade, envelhecer e não possuir uma boa qualidade de vida não constituirá um avanço.

Com isso, os idosos necessitam se adaptarem as intensas modificações societárias, mesmo vivendo uma fase da vida que requer maiores cuidados. Assim, as dificuldades vivenciadas por eles, acarretam em diversos problemas os quais perpassam a limitações físicas. A falta de cuidado, o isolamento e a ausência de sociabilidade é uma realidade vivenciada por muitos. Deste modo, através dos dados coletados, foi possível observar que a maioria sofre com a ausência dos parentes, possuindo um ciclo social bem restrito.

Nesse contexto, nota-se que os longevos buscam os equipamentos sociais que oferecem atividades de socialização, como forma de amenizar a solidão vivenciada por eles. Apesar da precariedade de muitos equipamentos, essas trocas de afetos, vivências e experiências são importantes ações que influenciam na qualidade e bem-estar dos idosos.

Assim, é importante refletir acerca do envelhecimento e todos os desdobramentos que o termo possui. Debater sobre afeto e respeito deverão ser pautas recorrentes no cotidiano. Para isso, são necessários investimentos em políticas públicas através de programas e projetos de prevenção que tenham como finalidade a qualidade de vida e bem-estar da pessoa idosa.

É válido ressaltar, que a atuação profissional do Assistente Social deverá ser pautada sob o que projeto ético-político da profissão propõe. Desse modo, é necessário um profissional no qual estabeleça uma relação simétrica entre a realidade imposta e todo seu arcabouço teórico. Assim, a emancipação e defesa dos direitos dos usuários será tratada com efetividade, credibilidade e compromisso.

Em remate, pretende-se que esta pesquisa contribua para o progresso de todos que se proponha estudar sobre sociabilidade, contradições do sistema capitalista e sobretudo, envelhecimento. Trata-se de um tema complexo no qual necessita ser explorado por indivíduos que possuam um enfoque analítico sobre a realidade que os cercam. Assim, o termo envelhecer necessita ser desconstruído e versado sob um olhar crítico capaz de compreender os desafios presentes nas entrelinhas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Flávia. **Gerontologia, Envelhecimento, família e Sociabilidade**. Disponível <<https://geridades.com.br/2020/08/13/envelhecimento-e-familia-entenda-a-importancia-desta-relacao/>>. Acesso em 24 de maio de 2022.
- AGUIARO, Felipe Fragoso. O idoso como Cidadão: **Enfrentando o abandono familiar da pessoa idosa**. Rio das Ostras, 2016. 57 p. Monografia (Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense Polo Universitário de Rio das Ostras Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras.
- ALMEIDA, Andreia; SILVA, Cileuza Alves Moreira. **A importância da família no cuidado ao idoso**. São Paulo, 2018. 12 p. Monografia (Serviço Social) – Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo.
- ALVES, Danielle dos Santos. **O envelhecimento e a importância da convivência social e familiar: Estudo sobre um grupo de convivência na cidade de Cruz das Almas – Bahia**. Cachoeira, 2014. 93 p. Monografia (Serviço Social) – Universidade federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras – Cahl colegiado de Serviço Social.
- ARAÚJO, Leonardo de. Êxodo Rural. **Educação**, 2015. Disponível <<https://www.institutoclaro.org.br/educacao/para-ensinar/planos-de-aula/o-exodo-rural-e-as-principais-mudancas-no-rural-urbano/>> Acesso em 10 de março de 2022.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Disponível <<https://pppvetornorte.files.wordpress.com/2016/07/bardin-analise.pdf>>. Acesso em 10 de maio de 2022.
- BARROS, A. J. S. e LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de Metodologia: Um guia para Iniciação Científica**. 3. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1990.
- BRAGA, Sonia Faria Mendes (et. al.). **As políticas Públicas para os Idosos no Brasil: A cidadania no Envelhecimento**. Salvador, 2008. 15 p. Monografia (Serviço Social) – Encontro de Administração Pública e Governança.
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**.
- BRASIL. Lei nº 8.842 de 04 de janeiro de 1994. **Política Nacional do Idoso**.
- BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da resolução nº 145, d 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.
- BRAZ, Marlene. **A construção da subjetividade masculina e seu impacto sobre a saúde do homem**. Scielo Brasil, 2005. Disponível <[HTTPS://www.scielo.br/j/scs/a/kv4kqwggrszjl.5zf6zqv9tzn/?lang=pt#](https://www.scielo.br/j/scs/a/kv4kqwggrszjl.5zf6zqv9tzn/?lang=pt#)> Acesso em 24 de maio de 2022.

CARINHATO, P. H. **Neoliberalismo, Reforma Do Estado e Políticas Sociais Nas Últimas Décadas Do Século XX No Brasil**. Scribd, 2008.

Disponível <<https://pt.scribd.com/document/349991083/CARINHATO-P-H-Neoliberalismo-reforma-do-Estado-e-politicas-sociais-nas-ultimas-decadas-do-seculo-XX-no-Brasil-pdf>>

Acesso em 21 de março de 2022.

DAL RIO, Maria Cristina. MIRANDA, Danilo Santos de. **Perspectiva social do envelhecimento**. São Paulo: Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social: Fundação Padre Anchieta, 2009.

ESTATUTO DO IDOSO. Lei Federal nº 10.471, de 01 de outubro de 2003.

EUFRÁSIO, Luciana de Fátima. **Abandono afetivo inverso diante do dever de assistência familiar prevista no Estatuto do Idoso**. Migalhas de Peso, 2021. Disponível <<HTTPS://www.migalhas.com.br/amp/depeso/338867/abandono-afetivo-inerso-diante-do-dever-de-assistencia-familiar-prevista-no-estatuto-do-idoso>>. Acesso em 07 de abril de 2022.

FRASER, Nancy. **O feminismo liberal**. Rede anticapitalista, 2020. Disponível <<https://redeanticapitalista.net/nancy-fraser-o-feminismo-dos-99-nao-e-uma-alternativa-a-luta-de-classes-e-outra-frente-dentro-dela/>> Acesso em 28 de março de 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.
IAMAMOTO, Marilda. **Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil**. In: BOSCHETTI, Ivanete (et. al.) **Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas**, 2, ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Disponível em:

<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>> Acesso em 08 de Abril de 2022.

KARAM, Adriane Leitão. **O abandono afetivo de idosos por seus filhos e a indenização por danos morais**. *Revistas 2*, 2020. Disponível <<http://ww2.faculdadescearenses.edu.br/revista2/edicoes/vol7-1-2014/artigo1.pdf>> Acesso em 07 de abril de 2022.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E. V. **Metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL SECRETARIA SOCIAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – Modelos de financiamentos de projetos à pessoa Idosa.

Disponível em <<HTTPS://WWW.Mds.gov.br>> Acesso em 12 de abril de 2022.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Política social e trabalho familiar: questões emergentes no debate contemporâneo**. São Paulo, 2015. 22 p. Monografia (Serviço Social) –Produtividade em pesquisa / CNPq.

MORAGAS, Ricardo Moragas. **Gerontologia social: envelhecimento e qualidade de vida**. Belo Horizonte: Paulinas, 2007.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de Oliveira. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em administração**. Catalão, 2011. 73 p. Monografia (Administração) – Universidade Federal de Goiás.

OLIVEIRA, Patrícia dos Santos. **Legião de Boa vontade**. LBV.Org, 2019. Disponível <https://www.lbv.org/idosa-de-99-anos-destaca-o-que-mais-gosta-no-lar-da-lbv-em-minas-gerais> Acesso em 15 de abril de 2022.

PAIVA, Sálvea de Oliveira Campelo e. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital**. São Paulo: Cortez, 2014.

POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO. Lei Federal Nº 8842, de 4 de janeiro de 1994.

SANTOS, Lúcia de Fátima da Silva. **Contribuições da Socialização e das políticas públicas para a promoção do Envelhecimento**. Scielo, 2018.

Disponível <<https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/4422>> . Acesso em 08 de abril de 2022.

SILVA, Eduardo Alexandre Ribeiro. **Interação Social e Envelhecimento Ativo**. Natal, 2014. 294 p. Monografia (Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SILVA, Miriam dos Santos Silva. **O trabalho do Assistente Social no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos: arte como estratégia profissional**. Campos dos Goytacazes, 2018. 66 p. Monografia (Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento na sociabilidade do capital**. São Paulo, 2017.

ZIMERMANN, Guite I. **Aspectos físicos, psicológicos, e sociais do envelhecimento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

APÊNDICES**APÊNDICE A: ENTREVISTA APLICADA AOS (AS) IDOSOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DO IDOSO – CRI.****POSSUI FILHOS?**

SIM

SIM

GÊNERO:

Masculino

Feminino

IDADE:

65 a 70 anos

71 a 75 anos

76 a 80 anos

81 ou mais

GRAU DE ESCOLARIDADE:

Ensino Fundamental incompleto

Ensino Médio completo

Ensino Médio incompleto

Ensino Superior completo

Ensino Superior incompleto

VÍNCULO EMPREGATÍCIO:

Formal

Informal

Aposentado

BPC

Desempregado

ESTADO CIVIL:

Solteiro (a)

Casado (a)

Viúvo (a)

Divorciado (a)

COM QUEM O SENHOR (A) RESIDE?

QUAL A IMPORTÂNCIA DO (A) ASSISTENTE SOCIAL DESTE EQUIPAMENTO?

O QUE FAZ DURANTE O TEMPO LIVRE?

COM QUEM COSTUMA PASSAR ESSE TEMPO?

O QUE CONSIDERA COMO SUA FRAGILIDADE?

QUAL ATIVIDADE MAIS PRÁTICA COM SEUS PARENTES?

COMO CONHECEU O CENTRO DE REFERÊNCIA DO IDOSO?

QUAL ATIVIDADE O SENHOR PARTICIPA NESTA INSTITUIÇÃO? QUAIS SENTIMENTOS ELA PROPORCIONA?

QUAIS MELHORIAS O EQUIPAMENTO PROPORCIONOU NA SUA VIDA?

APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Esta pesquisa intitulada **ENVELHECIMENTO E SOCIABILIDADE: Uma análise crítica sobre a naturalização dos cuidados familiares como estratégia de atenuação das ações do Estado**, está sendo desenvolvida pelo (a) ADLLA LARISSA ALVES NOGUEIRA, sob orientação do (a) professor (a) Me. Márcia de Sousa Figueiredo do Centro Universitário Leão Sampaio - UNILEÃO.

Possui como objetivo: ANALISAR A SOCIALIZAÇÃO DO IDOSO NO AMBIENTE FAMILIAR E COMUNITÁRIO, com fins de produção monográfica que se estabelece como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Sua participação na presente pesquisa é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo aluno. Caso decida não participar do estudo na condição supracitada, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

As informações aqui solicitadas deverão ser respondidas com total veracidade e de forma voluntária e serão codificadas podendo ser apresentadas como artigo científico e poderão ser ainda apresentadas em eventos científicos, mantendo-se o sigilo e a integridade física e moral do indivíduo participante do estudo. A coleta de dados ocorrerá através da aplicação de um questionário, mantendo a integridade física e moral dos participantes.

A aluna estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa, bem como o professor orientador.

Diante do exposto, eu, _____, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

Juazeiro do Norte - CE, _____ de outubro de 2022.

Adlla Larissa Alves Nogueira
Aluna e responsável pela pesquisa